



澳門特別行政區 立法會會刊

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第四屆立法會 第四立法會期 (二零一二—二零一三)
IV LEGISLATURA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2012-2013)

第一組 第IV-101期
I Série N.º IV-101

Data: 25 de Abril de 2013

Início da reunião: 15 horas

Termo da reunião: 18 horas

Local: Sala do Plenário do Edifício da Assembleia Legislativa, sito nos Aterros da Baía da Praia Grande, Praça da Assembleia Legislativa.

Presidente: Lau Cheok Va

Vice-Presidente: Ho Iat Seng

Primeiro-Secretário: Chui Sai Cheong

Segundo-Secretário: Kou Hoi In

Deputados presentes: Lau Cheok Va, Chui Sai Cheong, Kou Hoi In, Fong Chi Keong, Kwan Tsui Hang, Leonel Alberto Alves, Ng Kuok Cheong, Cheung Lup Kwan, Tsui Wai Kwan, Chan Chak Mo, Cheang Chi Keong, Au Kam San, Vong Hin Fai, Ung Choi Kun, José Pereira Coutinho, Chui Sai Peng, Leong On Kei, Chan Meng Kam, Lee Chong Cheng, Ho Sio Kam, Lau Veng Seng, Lam Heong Sang, Mak Soi Kun, Chan Wai Chi, Sio Chi Wai, Ho Ion Sang, Chan Mei Yi e Tong Io Cheng.

Deputados ausentes: Ho Iat Seng.

Convidados: Chui Sai On, Chefe do Executivo;
Florinda da Rosa Silva Chan, Secretária para a Administração e Justiça;
Francis Tam Pak Yuen, Secretário para a Economia e Finanças;
Cheong Kuoc Va, Secretário para a Segurança Superintendente-geral;
Cheong U, Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura;
Lau Si Io, Secretário para os Transportes e Obras Públicas;
Fong Man Chong, Comissário contra a Corrupção;
Ho Veng On, Comissário de Auditoria;
José Proença Branco, Comandante-geral dos Serviços de Polícia Unitários;
Alexis Tam Chon Weng, Chefe do Gabinete do Chefe do Executivo;
Grace Cheong Chui Ling, Chefe do Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça;

Karen Lok Kit Sim, Chefe do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças;
Vong Chun Fat, Chefe do Gabinete do Secretário para a Segurança;
Cecília Cheung So Mui, Chefe do Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura;
Francis Wong Chan Tong, Chefe do Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas;
Sam Vai Keong, Chefe do Gabinete do Comissário contra a Corrupção;
Ho Wai Heng, Chefe do Gabinete do Comissariado da Auditoria;
Leong Heng Teng, Membro do Conselho Executivo;
Liu Chak Wan, Membro do Conselho Executivo;
Ma Iao Lai aliás Alexandre Ma, Membro do Conselho Executivo;
Leong Vai Tac, Membro do Conselho Executivo;
Ho Sut Heng, Membro do Conselho Executivo;
Wong Yue Kai, Membro do Conselho Executivo; e
Goretta Tam Ka Wa, Adjunta do Chefe do Executivo.

Ordem do Dia:

Perguntas e respostas sobre as Linhas de Acção Governativa e assuntos sociais, com a presença do Chefe do Executivo.

Sumário: Perguntas e respostas sobre as Linhas de Acção Governativa e assuntos sociais, com a presença do Chefe do Executivo.

Acta:

Presidente: V. Exa. Sr. Chefe do Executivo, Srs. Governantes, Srs. Deputados, caros amigos da comunicação social:

Boa tarde!

Dou por aberta a reunião plenária. A Ordem do Dia tem um único ponto que é a presença do Sr. Chefe do Executivo na Assembleia Legislativa para responder às perguntas dos Srs. Deputados. Estava previsto que esta reunião terminasse às 18 horas, mas depois da comunicação do Sr. Chefe do Executivo, a reunião só termina quando acabar a 1ª ronda de perguntas. Ou seja, cada Sr. Deputado tem pelo menos uma oportunidade de colocar uma pergunta e de receber a resposta. Às 16h15, a reunião será interrompida e retomamos a reunião às 16h45. Dou por aberta a sessão de perguntas e respostas. Antes de mais, tem a palavra o Sr.

Deputado Chan Meng Kam.

Chan Meng Kam: Obrigado, Sr. Presidente.

V. Exa. Sr. Chefe do Executivo:

As roupas, a alimentação, a habitação e os transportes são relacionados com a vida quotidiana da população. No primeiro trimestre deste ano, a taxa de inflação local é de 6,11%, sendo significativamente superior à das regiões vizinhas; os preços dos bens de consumo diário mantêm-se em alta, aumentando gradualmente o encargo de vida. O Gabinete de Estudo das Políticas revelou publicamente que a inflação de Macau é causada principalmente por factores locais.

No dia 27 do mês passado, o Instituto de Habitação abriu um concurso para a candidatura à habitação económica de T1, até 10 deste mês, foram distribuídos 37 mil boletins de inscrição. Embora o número de pedidos ainda esteja por apurar, acredita-se que o número de pedidos deve ser elevado. Tendo em conta estas questões relacionadas com a vida quotidiana dos residentes, quero perguntar a V. Exa. Sr. Chefe do Executivo, além das políticas vigentes que dão benefícios aos residentes, irá o Governo da RAEM tomar medidas eficazes para controlar preços dos bens de consumo, para aliviar a pressão resultante da inflação sobre a vida quotidiana dos residentes? Vai considerar a abertura antecipadamente de concurso para candidatura a outras habitações económicas, em vez de se esperar até o final do ano corrente, a fim de se inteirar melhor das reais necessidades dos residentes, quanto à tipologia de habitação económica, evitando a má alocação de recursos? Nas Linhas de Acção Governativa deste ano referiu-se estudar a política de “terras de Macau para as gentes de Macau”. Como está o progresso desse estudo?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Deputado Chan Meng Kam.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Foram levantadas várias perguntas, das quais respondo à pergunta principal que é sobre a reabertura de concurso para candidatura à habitação social e económica, sendo uma questão que preocupa a todos os residentes. Esta matéria já consta do nosso relatório das LAG. Em primeiro lugar, gostaria de dizer a todos que, no período de tempo passado, especialmente recentemente, o Secretário Lau e o Presidente do Instituto de Habitação esclareceram publicamente que a abertura de concurso para a habitação social foi adiada para Maio. A demora foi já justificada pelo Instituto de Habitação. A meu ver, o governo deve assumir a responsabilidade pela demora. Porque a demora sucedeu depois da apresentação do Relatório das LAG. Peço, em nome do governo, desculpas pelo inconveniente causado, mas nós também vamos esforçar-nos para reagendar a abertura de concurso para candidatura à habitação social, em Maio, conforme previsto. As razões da demora já foram conhecidas, porque recentemente foi claramente explicado que o Instituto de Habitação tem tido grande volume de trabalho. Como sabem, nos últimos três anos, além da Carta de Qualidade, também a Lei da Habitação Económica foi aprovada. O IH executa o trabalho de acordo com a referida lei, sendo aberto o concurso para a candidatura à habitação

económica ainda este ano.

De um modo geral, apesar da demora, foi definido um prazo, acho que é uma atitude que um governo responsável deve ter. Temos já uma calendarização para recuperar a demora, na medida do possível. Sendo Chefe do Executivo, devo primeiro esclarecer claramente a demora e, há pouco, já pedi as nossas desculpas pela demora.

Com as inscrições, viu-se que os pedidos de boletins de inscrição para a candidatura à habitação económica T1 foram muitos. Teremos de analisar como serão as necessidades quando for aberto o concurso para a candidatura à habitação social e económica, ainda este ano. Mas gostaria de aproveitar esta oportunidade para assegurar-lhes novamente que a política de “habitação para todos para viver e trabalhar com estabilidade” não sofreu transformações e nos últimos anos, temos trabalhado com todos os esforços neste sentido. É claro que numa sociedade democrática e progressista, o governo tem de admitir as críticas; através da troca de opiniões, iremos fazer melhor o trabalho. No entanto, a nossa atitude de trabalho não mudou, continuamos a procurar a atingir objectivos, através da política de “habitação para todos”. Mas no mercado actual surgiram algumas mudanças, acredito que todos viram os altos preços dos imóveis, num período de tempo recente em Macau. Há algum tempo atrás, com as medidas abreviadamente designadas por “dez medidas” aplicadas pelo Sr. Secretário Lau, os preços ficaram estáveis, mas as transacções caíram; em seguida, com as “oito medidas”, os preços subiram, as transacções continuaram a cair. Na verdade, sabemos como foram as transacções neste período de tempo. Preparámos um quadro comparativo das estatísticas para todos verem como foram as descidas. Mas os preços não desceram, não houve um motivo único. Acho que os motivos foram vários incluindo aquilo que preocupa o nosso país e a todos: *Quantitative easing*, “dinheiro quente”. Todos já leram o estudo publicado pelo Gabinete de Estudo das Políticas que aponta que a maior parte dos edifícios foram adquiridos por gentes de Macau. Portanto, não podemos deixar de fazer comparação para verificar as alterações face ao passado. Por isso, gostava que o Sr. Presidente concordasse com a entrega, mais logo, dos dados onde se verificam as alterações. Não estamos a tentar esquivar-nos da responsabilidade, mas temos de encarar as diferenças entre o presente e o passado. Quanto à inflação, no passado, a inflação era importada, mas como se vê que a inflação é causada pelas necessidades internas. Segundo os dados estatísticos publicados há pouco tempo, a taxa de inflação desceu para 5%. No entanto, prevemos ainda haver pressão sobre a inflação neste ano. Mas iremos também... tal como o Sr. Deputado Chan referiu, além da aplicação de uma série de medidas habituais, iremos alargar as fontes de importação de produtos, reforçar a segurança, especialmente através de revisão das leis e regulamentos que protegem os consumidores. Ficámos satisfeitos ao ver que duas empresas importadoras anunciaram recentemente a descida do preço da carne bovina. Assim permitiu-nos ver com transparência que se há descida, então o preço a grosso e o preço a retalho deve sofrer também descida. Continuamos a fazer estes trabalhos de acordo com este rumo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Leong On Kei.

Leong On Kei: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo,

Srs. Governantes,

Caros colegas:

As questões colocadas pelo Sr. Deputado Chan Meng Kam são iguais à minha primeira questão, de forma que coloco apenas a segunda questão.

Recentemente, no interior da China foram confirmados mais de 100 casos de infecções com a gripe aviária humana H7N9, dos quais algumas das pessoas infectadas morreram, havendo tendência de a epidemia continuar a espalhar-se. Actualmente, os organismos competentes para prevenção e controle de epidemias de todas as províncias e das cidades estão em estado de alerta, para prevenir e controlar a propagação da epidemia.

Nos postos fronteiriços de Macau recebe-se diariamente um grande número de visitantes, especialmente no feriado do “Dia 1 de Maio” chegam a Macau um grande número de visitantes, aumentando a dificuldade no trabalho de prevenção. Na actualidade, não há nenhuma vacina eficaz contra o vírus, mas não se deve deixar de trabalhar na prevenção contra a epidemia. Recentemente, o Sr. Chefe do Executivo convocou uma reunião interserviços, onde foram detalhados vários planos de prevenção e controle, e manifestou que a luta contra as doenças infecciosas é agendada em primeiro lugar, no trabalho do governo.

Sr. Chefe do Executivo, pode fazer uma apresentação em detalhe do plano de prevenção contra a epidemia e o trabalho a avançar no próximo passo? Há em Macau carência de profissionais de saúde, e agora, é ainda preciso fortalecer o trabalho de prevenção, terá garantia de ter mão-de-obra suficiente? O mecanismo de resgate consegue funcionar de forma rápida e eficiente? Na cooperação com as regiões circundantes, há ainda espaço para a sua expansão?

Obrigada.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigada, Sr. Presidente, obrigada à Sr.^a Deputada Leong On Kei pelas questões colocadas.

Segundo as informações que nos foram notificadas até hoje, o total é de 110 casos, incluindo um caso importado, já revelado, em Taiwan, tendo morrido 23 doentes. Há mais de dez anos, tendo enfrentado as doenças infecciosas como a febre dengue, a gripe aviária e SARS etc., acumulámos alguma experiência nesta matéria. No passado, através de experiência adquirida na prática, temos já planos preparados e planos contingentes para fazer face a incidentes de saúde pública.

Após o surto da H7N9, de acordo com o regime vigente, o Governo tem um grupo responsável pela prevenção e controle das doenças, liderado pelo Sr. Cheong U, Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura. No passado recente, criámos um mecanismo de vigilância e comunicação, incluindo comunicação geral e comunicação de incidentes de saúde pública. Este mecanismo abrange o interior da China, Hong Kong, Macau, incluindo a cooperação entre nós e a Organização Mundial de Saúde... O Departamento Regional da Organização Internacional de Saúde para o Pacífico Ocidental, no qual se integram a província de Guangdong, Hong Kong e Macau. O caso ocorrido em Taiwan que acabei de referir foi comunicado ontem. O mecanismo de comunicação e vigilância tem funcionado com eficácia.

Até ao presente, verificámos que todos os serviços públicos dispõem de materiais suficientes, necessários incluindo para realização de testes, farmacêutica, produtos de protecção individual, etc., para fazer face a um eventual surto em Macau. Agora estamos numa fase de prevenção, embora em Macau não se tenha registado nenhum caso suspeito nem caso confirmado, já temos o trabalho de prevenção pronto. No caso de ocorrência de incidentes, vamos aumentar o nível de alerta. De acordo com a Lei de Prevenção de Doenças Transmissíveis, será criado um centro coordenador para coordenar o trabalho de prevenção e controle da epidemia. Podem ficar tranquilos.

A Sr.^a Deputada Leong levantou uma questão sobre a falta de mão-de-obra. Como se sabe, nos estabelecimentos hospitalares públicos, de facto, é muito comum haver falta de mão-de-obra, isso também obriga que os doentes fiquem muito tempo em espera. Mas quando haja um surto de epidemia, temos basicamente vários procedimentos a decorrer. Dentro de oito horas, será criado o centro coordenador; os funcionários dos Serviços de Saúde e dos outros serviços competentes terão de interromper as suas férias; segundo, os serviços não urgentes serão adiados, será autorizado que o Centro Coordenador possa reajustar a mão-de-obra colocando-a com prioridade para a prevenção e controlo da epidemia. Vamos usar o hospital público como uma linha de defesa, envidar os maiores esforços para evitar a propagação da epidemia na comunidade. A seguir, teremos uma série de informações a publicar. O mais importante é conseguir, através dos amigos da comunicação social, que o público em geral controle a epidemia, de acordo com nossas directrizes. Assim, estamos prontos em vários aspectos e na altura, teremos um centro de imprensa. Vamos também estabelecer uma linha de atendimento com o serviço em dois sentidos, para que o público em geral receba informações e para que a epidemia seja controlada com alto grau de transparência.

Também confirmámos novamente que temos capacidade suficiente para detectar este vírus, medicamentos e protecção no hospital. Vamos estar muito atentos ao mecanismo de comunicação. Há pouco, referi não haver vacina, de acordo com o que nos foi comunicado, a Organização Mundial de Saúde ainda não decidiu produzir a vacina. Caso a OMS decida fabricar a vacina, nós iremos com certeza proceder ao seu acompanhamento. Quanto ao aspecto dos medicamentos, assinámos um contrato com um fabricante de medicamento reconhecido pela Organização Mundial de Saúde para nos fornecer regularmente medicamentos. Por isso, em cada fase, antes da data de expiração dos medicamentos, já temos preparado a sua substituição com quantidade suficiente.

Nesta fase, não podemos garantir que não haja nenhum surto de doença em Macau, mas certamente, prometemos dar a máxima prioridade para proteger a vida e a saúde de todos os residentes. Isto tudo é o que planeamos presentemente.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lau Veng Sang.

Lau Veng Sang: Obrigada, Sr. Presidente.

V. Exa. Sr. Chefe do Executivo:

O caso “Garden Sin Fong” ocorreu há mais de seis meses, e tornou-se um tema da grande atenção social. As autoridades evacuaram, em tempo, os moradores, após o incidente e também

procuraram resolver o alojamento temporário dos agregados familiares afectados, iniciando uma série de trabalhos de investigação e acompanhamento. Mas, para este caso ainda não foi encontrada uma solução final, este caso também provocou à sociedade preocupações com a segurança dos edifícios em Macau. Todos os sectores estão altamente atentos ao relatório detalhado e final de vistoria do edifício “Garden Sin Fong”.

Em vista disso, pergunto a V. Exa. Sr. Chefe do Executivo, qual o progresso actual da elaboração do relatório final sobre a investigação do caso “Garden Sin Fong?” Quando terá lugar a sua publicação, de forma a dissipar dúvidas dos pequenos proprietários do “Garden Sin Fong”, bem como de todos os sectores da sociedade? Proteger a segurança de vida e bens dos residentes de Macau foi sempre a premissa da governação do Governo da RAEM. Há muitos edifícios antigos em todas as zonas de Macau, o mais importante é evitar a reincidência destes casos semelhantes. Como as autoridades vão reforçar a fiscalização no futuro sobre a execução da obra dos edifícios cuja construção esteja em curso e a qualidade dos materiais utilizados? Vai fazer inspecções regulares dos edifícios já habitados e emitir orientações e normas mais claras para a execução de obra e protecção dos projectos de construção de edifícios em volta?

Muito obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente, obrigado ao Sr. Deputado Lau Veng Sang.

Ao caso “Garden Sin Fong” o Governo da RAEM atribuiu grande importância, com especial atenção para as questões de segurança, especialmente para a segurança pública. Também foi criado um grupo de trabalho interdepartamental para o efeito; foram alojados adequadamente os agregados familiares afectados; a Direcção dos Serviços de Solos, Transporte e Obras Públicas tomou, na altura, medidas de reforço da estrutura danificada do edifício em causa; foram investigadas de forma profunda as causas dos danos à estrutura do edifício e as respectivas responsabilidades; as respectivas informações foram divulgadas ao público.

No último período de tempo, todos ficaram preocupados com o que aconteceu com o edifício nos seguintes aspectos: no edifício teriam sido construídas obras ilegais que afectaram a própria estrutura? A construção de edifícios circundantes, em curso, teria afectado o edifício? Para todas estas questões, os especialistas e académicos foram incumbidos de realizar um estudo e análise detalhada. Posso dizer-lhes que acredito que vão conhecer o relatório em breve, porque acho que, antes de tudo, devemos publicar o relatório para o público em geral, e em seguida, passamos para o próximo trabalho. Porque há muito tempo que todos queriam ter a responsabilidade apurada, saber de quem é a responsabilidade pelos danos causados. Mas do ponto de vista do Governo da RAEM, acho que o mais importante é a segurança pública, a primeira coisa que nos devemos preocupar é com a segurança, antes de dar o próximo passo. Mas acredito que este caso ocorrido deu-nos revelações que temos de proceder à revisão do trabalho a realizar incluindo: a DSSOPT vai acelerar a revisão do Regulamento Geral da Construção Urbana, aperfeiçoar os padrões de qualidade de construção, examinar o regime sancionatório de infracções. Por outro lado, também recebemos opiniões sobre o regime jurídico do seguro. De acordo com as informações que recebemos, há necessidade de reforçar o actual regime jurídico do seguro, com a subscrição obrigatória. Isto também nos foram dadas oportunidades de fazer revisão, isto é, nas situações de emergência, o Governo da

RAEM não tem agora capacidade de dar apoio suficiente, incluindo, por exemplo, atribuir apoio de alojamento suficiente. Bem, foi boa oportunidade para fazermos melhorias.

Neste incidente, os próprios moradores e as associações contribuíram com sua cooperação e apoio. A melhor coisa que sucedeu foi não ter causado danos físicos. Acredito que será brevemente publicado o relatório, e depois vamos proceder ao acompanhamento no sentido de apurar a responsabilidade. Macau é um território sob o Estado de Direito, os problemas devem ser resolvidos de acordo com os procedimentos administrativos previstos legalmente. Se com os procedimentos administrativos não forem resolvidos os problemas, não se descarta também a possibilidade de passar o contencioso judicial. Para já acho que o melhor é não ter causado danos físicos. Mas também, do ponto de vista da segurança pública, acho que o Governo tem a necessidade de tomar medidas de reforço, para evitar que o edifício se torne um perigo. Quanto ao próximo passo, eu acredito que, depois da publicação do relatório, será apurada a responsabilidade. Concordo e apoio plenamente que se deve publicar o relatório elaborado por especialistas, o mais breve possível.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ho Sio Kam.

Ho Sio Kam: Obrigada, Sr. Presidente.

V. Exa. Sr. Chefe do Executivo,

Srs. Governantes,

Caros colegas:

Olá a todos.

Em 20 de Fevereiro deste ano, à margem da visita ao campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin, o então presidente do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, Wu Bangguo afirmou que sendo um primeiro projecto importante do desenvolvimento da ilha de Hengqin com a cooperação Guangdong-Macau, pode-se dizer que o campus da Universidade de Macau na ilha de Hengqin se tornou um exemplo inovador para a cooperação estreita Macau - Interior da China, no âmbito da Educação, Investigação Científica, Planeamento Urbanístico, Serviços Sociais e Administração Pública. Nos próximos meses, iremos ver o campus da Universidade de Macau na ilha de Hengqin a entrar em funcionamento. Assim, poderemos esperar haver alargamento mais amplo da cooperação na Educação entre Macau e o interior da China. É claro que para o melhoramento desta cooperação é indispensável o apoio do governo com política e recursos. Gostaria de perguntar a V. Exa. Sr. Chefe do Executivo, poderá o campus da Universidade de Macau na ilha de Hengqin desempenhar um papel, por exemplo, para promover outras instituições superiores de Macau que tenham um rumo do seu desenvolvimento?

Por sua vez, na sociedade diz-se haver falta de talentos em Macau, agora com a expansão da Universidade de Macau, como promover a formação de talentos mais favoráveis para o desenvolvimento de Macau? Além disso, no futuro teremos mais espaço para a cooperação regional, promovendo alargar o horizonte mais internacionalizado dos talentos de Macau?

Obrigada.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Sr.ª Deputada Ho Sio Kam.

Antes de mais, gostaria de apresentar os dados para a vossa referência. De acordo com as estatísticas de 2011, a percentagem dos alunos finalistas do ensino secundário complementar de Macau que frequentam curso superior já atingiu 89,6%. Estes são os dados estatísticos para ver a percentagem de estudantes que frequentam curso superior. As questões levantadas tocaram vários aspectos, um deles é, após a conclusão do novo campus da Universidade de Macau na ilha de Hengqin e após a sua mudança para a ilha de Hengqin, como será o seu rumo de desenvolvimento? Com o apoio do governo central, temos um terreno tão valioso, com três anos ficou construído o novo campus da Universidade de Macau na ilha de Hengqin. De acordo com as informações que me foram facultadas pela UM, a UM desejava contar com 10 mil estudantes. Acredito que o seu espaço para o futuro desenvolvimento será grande e amplo.

A questão que acabou de levantar merece ser reflectida. Em que se deve basear a missão assumida pela UM? Isto também tem a ver com o seu futuro desenvolvimento. Eu pessoalmente acho que a missão da UM deve basear-se em desenvolver, em primeiro lugar, quadros qualificados para a RAEM, como uma universidade das gentes de Macau; em segundo lugar, através destas instalações e destes recursos, permite-se preparar os quadros qualificados necessários ao desenvolvimento da diversificação da economia, para atender às necessidades de desenvolvimento global. O Gabinete de Apoio ao Ensino Superior criou, por algum tempo, a Base de Dados dos Recursos Humanos Qualificados do Ensino Superior. Dei-lhes conselhos para que continuassem a estudar sobre o alargamento da base de dados para incluir os dados dos recursos humanos qualificados de todo o território e dos recursos humanos qualificados necessários.

O segundo aspecto, um assunto já foi debatido por um longo tempo, sobre o qual também recebi muitas opiniões. Não tenho um estudo e avaliação que me diga, qual é certo, qual é errado, depois do recebimento de opiniões. Mas acho que este assunto merece ser debatido e estudado: qual a proporção dos estudantes não-residentes que a UM deve admitir? Este assunto merece ser discutido e estudado. De acordo com as informações que tenho na mão, além de investigação científica e formação de quadros qualificados, a UM pretendia ampliar a cooperação na admissão de estudantes incluindo estudantes internacionais, estudantes do interior da China. Mas nos últimos dois ou três anos, chegaram a mim muitas opiniões neste sentido. Na verdade, acho que há um aspecto inter-relacionado e contraditório. No passado, muitos alunos finalistas do ensino secundário complementar optaram por frequentar cursos superiores no interior da China ou noutros países ou territórios, em vez de ficar em Macau. Mas se notam mudanças recentes. Há mais estudantes que optam por ficar em Macau, alguns estudantes acham que, às vezes, não é fácil entrar nas instituições superiores em Macau em certas faculdades. Por outro lado, os estudantes do interior da China gostavam também de frequentar cursos superiores em Macau. Neste estudo e avaliação, afinal, como devemos fazer? Eu pessoalmente penso que a missão da Universidade de Macau deve basear-se principalmente na formação de estudantes de Macau. Como se deve definir o aumento ou proporção? Acho que esta matéria merece ser estudada. A Sr.ª Deputada Ho Sio Kam levantou uma questão muito boa: podem outras instituições de ensino superior por meio... Antes, ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados foi revelado que à UM foi

atribuído um orçamento no valor mais elevado na toda a história da Educação de Macau. Já foi atribuída tanta verba à UM! Outras instituições de ensino superior continuam a precisar de formar quadros qualificados para Macau, de acordo com a sua missão pedagógica. Por isso, na próxima fase, temos de apoiar outras universidades e instituições de ensino de Macau, para se articular com a formação de mais talentos diversificados, em articulação com o futuro desenvolvimento de Macau. Para o desenvolvimento da diversificação da economia, o assunto mais discutido é a formação de talentos. Acredito que as instituições de ensino superior desempenham um papel muito importante na formação de talentos.

Por isso, em relação à questão levantada hoje, nas LAG para o próximo ano, a prioridade será apoiar outras instituições superiores de Macau. Acredito que através deste investimento a UM e os esforços anteriores feitos pela UM, a UM já se tornou numa universidade abrangente relativamente grande. Estou confiante de que a UM terá um bom desenvolvimento e crescimento. Mas temos ainda outras instituições de ensino superior em Macau, incluindo universidades integradas, institutos especializados e institutos de estudos internacionais. Não devemos apoiá-los melhor a partir de recursos e política, incluindo “software” e “hardware”, de modo que os mesmos tenham mais espaço para o desenvolvimento, indo de encontro à nossa meta a longo prazo que é formação de quadros qualificados?

Acho que a proporção de admissão vale a pena ser debatida, porque vimos haver mais estudantes que pretendiam estudar em Macau. Por isso, acho que não temos de ficar preocupados com a falta de estudantes, mas sim, com como formar talentos. Há um conceito defendendo que os estudantes não residentes de Macau que estudam em Macau são também talentos de Macau. No futuro, quando concluírem o curso superior, poderão os mesmos ser aproveitados para o desenvolvimento da diversificação da economia de Macau, para que Macau disponha de mais recursos qualificados? Mas li alguns estudos, nomeadamente sobre opiniões diferentes de alguns jovens amigos a este respeito. Por isso, acho que vale a pena debater estas ideias. Se fosse aplicada esta política, seria uma grande mudança na formação de pessoal qualificado, em Macau, durante muitos anos. O governo não tomou uma decisão final, mas acho que o tempo é muito apertado, pois nas LAG para o próximo ano refere-se o reforço da formação de talentos. Não se faz formação de talentos sozinho. Na verdade, esta matéria está ligada a muitos aspectos. Proporcionamos oportunidades, proporcionamos recursos, damos articulação. Isto também é importante. Mas, na minha opinião pessoal, como já investimos muitos recursos no desenvolvimento da Universidade de Macau, o governo central concedeu-nos este terreno tão bom, portanto, devemos também apoiar, sincronizadamente, outras instituições de ensino superior, para que as mesmas possam desenvolver formação de mais talentos, em articulação com o nosso desenvolvimento da diversificação da economia. Este é um caminho difícil, mas o desenvolvimento da diversificação da economia requer talentos. Talvez seja isto o que precisamos realmente.

A Sr.ª Deputada Ho Sio Kam colocou uma questão sobre a cooperação regional. De facto, além da cooperação regional Guangdong-Hong Kong-Macau, as universidades têm cooperação com a rede da Educação internacional, incluindo a Europa, Estados Unidos de América, Portugal, Japão, Singapura, Suíça, Inglaterra, etc. Porque todos nós sabemos que o ensino superior está a tornar-se internacionalizado, de modo que devemos incentivá-los para desenvolver mais programas de cooperação, para que tenhamos oportunidades de melhorar o nosso ensino superior.

De um modo geral, o tempo de desenvolvimento do ensino superior em Macau não é muito longo, acho que temos de dar boas oportunidades para o seu desenvolvimento contínuo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Kwan Tsui Hang.

Kwan Tsui Hang: Obrigada, Sr. Presidente.

V. Exa. Sr. Chefe do Executivo:

O objectivo do desenvolvimento económico é melhorar a vida dos residentes, permitindo que os mesmos tenham acesso à habitação e emprego. A economia de Macau está desenvolvida, mas os residentes não têm esperança em ter acesso à habitação, o stress que eles sofrem é maior do que no passado; os empregados sentem diariamente ameaçados por trabalhadores não residentes e trabalhadores ilegais.

Em termos de emprego, o governo afirmou defender os direitos e interesses laborais. Mas em relação à legislação do trabalho, o governo deixou os empregadores e os empregados a competir entre eles, nem procedeu proactivamente à coordenação nem tomou a iniciativa de actuar. Mesmo que tenha prometido regulamentar a matéria de combate ao trabalho ilegal, criação do Fundo da Garantia Salarial, regulamentação de responsabilidade do empreiteiro de construção e das empresas subcontratadas, melhoramento da protecção contra acidentes de trabalho, redefinição do regime de carta de condução especial e revisão do limite do valor de indemnização pelo despedimento unilateral!

Em termos de habitação, as 19 mil habitações públicas destinam-se apenas aos candidatos em lista de espera daquele ano. Como responder às candidaturas acumuladas durante 8 anos? O Sr. Secretário Lau disse estar a “fazer tijolos sem palha”. Discordo. Porque que desde o governo esteja disposto a actuar para recuperar os lotes devolutos, planear habitações públicas nos novos aterros, promover a aplicação da política de “Terras de Macau para as suas gentes”, eu acredito que as soluções são superiores às dificuldades!

Queria que o Sr. Chefe do Executivo soubesse, candidatar-se à habitação pública é uma das saídas dos residentes para resolver as dificuldades habitacionais. Então gostava de lhe perguntar, dispõe de soluções para responder às demandas dos residentes quanto às reivindicações de ter acesso à habitação e emprego?

Obrigada.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr.^a Deputada Kwan Tsui Hang.

Julgo que as questões levantadas pela Sr.^a Deputada Kwan referem-se a duas áreas. Há algum tempo atrás, ouvimos opiniões dos sectores laboral e empresarial. Especialmente o sector laboral apresentou o desejo de ver o governo a tomar iniciativa de regulamentar a matéria em questão, a manifestar uma postura mais clara, permitindo encurtar a divergência entre as partes laboral e patronal. Quanto às questões de maior importância sobre os direitos e interesse laborais e patronais de Macau, entendemos haver necessidade de realizar debates e comunicação entre os representantes do governo, dos empregadores, dos trabalhadores.

Este mecanismo serve também para resolver especialmente problemas complexos.

Há algum tempo atrás, em vários aspectos, o governo fez conhecer a sua posição. Participámos também nos debates em seio do Conselho Permanente de Concertação Social. Sei que nos últimos 10 dias, o Sr. Secretário Tam afirmou, mais de uma vez, estar a acompanhar a regulamentação em causa. Foi manifestada pelo menos a posição do governo, que pode encurtar a divergência permitindo um debate. Vamos acompanhar na medida do possível o assunto.

Em relação às questões de habitação, de facto, acredito que o Governo da RAEM nunca mudou a política de “habitação para todos”. Esperamos que com a política de “habitação para todos”, as necessidades de habitação dos residentes de Macau sejam atendidas. A Sr.^a Deputada Kwan referiu as palavras do Sr. Secretário Lau quanto à falta de terreno. Nos últimos três anos, o Sr. Secretário Lau tem-se esforçado muito neste trabalho, como todos vêem, foram construídas habitações.

Foram levantadas as questões sobre a habitação pública, sobre a política de “Terras de Macau para as suas gentes”. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para analisar com os Srs. Deputados as opiniões que recebi. Além das 19 mil habitações públicas, também já anunciámos que estão disponíveis 6.300 fracções. O governo está a fazer tudo possível para aproveitar instalações públicas ou terrenos aproveitáveis, tendo em conta a lista de espera resultante do concurso aberto este ano. Penso que os terrenos que foram referidos incluem os lotes devolutos e os lotes recuperados pelo governo. Posso dizer-lhes que basicamente, dos lotes devolutos acumulados, há 28 lotes cuja concessão foi declarada nula pelo governo da RAEM, estando em curso os procedimentos administrativos. Vamos continuar a acompanhar estes terrenos devolutos.

Quanto à questão sobre a política de “Terras de Macau para as suas gentes”, penso que, na verdade, a atenção de todos concentra-se nos futuros cinco aterros. Segundo os nossos dados preliminares, nos cinco aterros, serão construídas cerca de 43 mil fracções autónomas. Este é um número variável, não sendo um número fixo. Este número que eu disse pode não ser um número com precisão. E se variar, peço perdão. Não é um número fixo, sendo um número variável. Tendo como base deste número variável de fracções, o governo central autorizou-nos os cinco aterros com o objectivo claro que é melhorar a qualidade de vida dos residentes de Macau. Por isso, há algum tempo atrás, o Governo da RAEM declarou repetidamente que nos cinco aterros, não vai haver o sector do jogo. Disse repetidamente que, basicamente, as prioridades serão construir instalações públicas, habitação pública.

Na apresentação do relatório das LAG no ano passado, vários Srs. Deputados levantaram a questão sobre o novo conceito “terras de Macau para as suas gentes”. Surgiu esse conceito, penso que foi por causa deste mercado imobiliário, todos os Srs. Deputados ficaram preocupados com as dificuldades de habitação dos residentes de Macau. Sabem que a nível da política, queremos que haja habitação para todas as pessoas de Macau; a quem tiver menor capacidade económica, damos apoio com habitações sociais. A Lei da Habitação Económica já foi aprovada pelos Srs. Deputados, a habitação económica é adquirida de acordo com essa lei. Com o conceito “terras de Macau para as suas gentes”, espera-se criar ideias inovadoras nos novos aterros ou nos lotes a recuperar no futuro. O conceito “Terras de Macau para as suas gentes” encontra-se na fase

de estudo. Entendemos que o conceito “Terras de Macau para as suas gentes” é: a propriedade será das gentes de Macau, as habitações serão ocupadas pelas gentes de Macau. A ideia “Terras de Macau para as suas gentes” será orientada pelo governo através das políticas, dos recursos limitados de terrenos, serão disponibilizados alguns para o uso das gentes de Macau. Esta parte dos recursos será desligada da mobilidade livre no mercado imobiliário privado, por haver restrições, por ser diferente. A venda das habitações no âmbito de “Terras de Macau para as suas gentes” será liderada pelo governo, por isso temos que estudar as diferenças e as semelhanças entre esta e outras habitações públicas subsidiadas. Este novo conceito pode servir para superar as insuficiências, porque as condições das restrições serão diferentes em termos da política. O Sr. Secretário Lau já incumbiu duas instituições académicas de realizar estudos básicos, incluindo também ouvir a opinião pública, realizar consulta pública.

Queria partilhar com os Srs. Deputados as opiniões que recebi nos últimos tempos. Não me oponho à ideia “Terras de Macau para as suas gentes”. Em primeiro lugar, porque esta é uma ideia nova ainda por explorar. Acho que vale a pena ouvir as opiniões que recebi. As opiniões favoráveis são: de certa forma, ajudar a classe sanduíche a adquirir habitação, estando em linha com o princípio da distribuição equitativa na sociedade; segundo, com o aumento de investidores do exterior, os residentes preocupam-se com a falta de garantia de acesso à habitação, devido à ausência dos recursos de terrenos, portanto, em certa forma, com esta política, será aliviada a preocupação dos residentes quanto às reivindicações da habitação, será também abrandada a subida dos preços de imóveis; regulamentar novamente o uso dos recursos de terrenos, para orientar que o uso dos recursos de terrenos esteja de acordo com o princípio da equidade social.

Nas opiniões que recebi, foram manifestadas duas preocupações: primeira, será enfraquecida a competitividade, esta foi uma preocupação; segunda preocupação, com “Terras de Macau para as suas gentes”, favorável para a classe sanduíche, não seria injusta e prejudicada a classe de base?

Estas foram as opiniões favoráveis e desfavoráveis, não são as minhas opiniões, mas sim foram as opiniões que recebi, porque o estudo ainda não foi iniciado... já se iniciou o estudo. Por isso, partilhei com vocês estas opiniões. Sendo um novo conceito, acho que vale a pena de facto proceder ao seu estudo e investigação. Não fiquem preocupados em não ter acesso às instalações públicas e habitação pública, vamos com toda a certeza fazê-lo, como prometido. Sendo um conceito completamente novo, acho que vale a pena proceder ao seu estudo. Ao mesmo tempo, aproveitando a oportunidade de hoje... porque recebi recentemente muitas preocupações: se os cinco novos aterros forem concedidos... até ao presente, não foi concedido nenhum destes cinco aterros que ainda não foram feitos. A execução da obra do primeiro aterro está em curso. Portanto, a ideia “Terras de Macau para as suas gentes” merece ser estudada e discutida. Mas foram manifestadas opiniões favoráveis e desfavoráveis, que acabei de lhes apresentar. Porque no regime vigente, este será um regime novo que beneficiará os residentes de Macau, face ao actual mercado imobiliário. Na verdade, o mercado imobiliário é um mercado volátil, recentemente, como se vê que houve possibilidade de bolha imobiliária, irracionalidade dos preços dos imóveis, a percentagem das prestações excessivamente alta, face aos rendimentos de um agregado familiar, pois com a subida dos preços das casas, ficaram com preocupação resultante das expectativas psicológicas. Recentemente, li um estudo: há uma

grande quantidade de jovens que se candidataram à casa económica T1. Isto também nos demonstra as expectativas psicológicas deles. Segundo os nossos dados, muitos desses jovens amigos estão a estudar na escola secundária. Não tirei conclusão disto, mas isto serve para antever com muita possibilidade o nosso futuro desenvolvimento do mercado imobiliário. Na verdade, acredito que o mais importante para o mercado imobiliário é o relacionamento entre a oferta e a procura. Isto é muito importante para o mercado. Volto a apelar a todos os residentes de Macau para terem mais cuidado ao comprar habitação, tendo em conta a capacidade económica; para se pagar pela aquisição de uma habitação, leva-se muitos anos, de forma que devem ter em conta as flutuações no mercado; entretanto, devem também preocupar-se com as consequências resultantes das prestações a pagar durante longo prazo, pois agora as taxas de juros estão baixas, mas não seríamos capazes de negar a possibilidade de virem a aumentar. Face a várias razões, acho que se deve lembrar aos residentes para ter mais atenção.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Kou Hoi In.

Kou Hoi In: Obrigado, Sr. Presidente.

V. Exa. Sr. Chefe do Executivo:

O rápido desenvolvimento do sector do jogo trouxe para Macau oportunidades, mas absorveu também muitos talentos, restringindo o desenvolvimento de outras indústrias. Mesmo que o Governo tenha aplicado medidas de apoio ao desenvolvimento de outras indústrias, ainda é difícil chegar a uma situação em que a indústria do jogo não seja a indústria predominante.

Durante as “duas sessões”, o actual presidente do Congresso Nacional do Povo Zhang De Jiang manifestou três opiniões no encontro com os representantes de Macau no NPC, sendo que uma delas foi: a falta de talentos de Macau, especialmente a falta de pessoas qualificadas de várias ordens constitui restrição à reestruturação económica de Macau a longo prazo; Macau deve alargar os seus horizontes para formar talentos virados para o país e para todo o mundo, deve começar a trabalhar com esforços agora e daqui a dez, vinte anos, os resultados serão visíveis.

Na verdade, são inseparáveis os recursos humanos e a estrutura industrial. Promover o desenvolvimento de diversificação adequada da economia é a meta de desenvolvimento económico definida pelo governo da RAEM, mas a falta de talentos locais prejudica o desenvolvimento da diversificação sectorial.

Gostava de perguntar a V. Exa. Sr. Chefe do Executivo, de que plano dispõe para assegurar o desenvolvimento sustentável de Macau, formar e reservar todos os tipos de talentos, a fim de alcançar a meta do desenvolvimento de diversificação da economia?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Sr. Deputado Kou Hoi In.

Penso que ninguém nega que os talentos constituem a pedra angular do progresso social. Nós pretendemos desenvolver a diversificação da economia, precisamos de diversificação adequada em articulação com a formação de talentos, para proporcionar

oportunidades de trabalho aos talentos a formar que tenham oportunidades de se desenvolver. No actual processo do desenvolvimento de Macau, penso que já ouvimos a intervenção do Sr. Deputado Kou que referiu as palavras do presidente Zhang Dejiang: a diversificação da economia requer talentos, a dependência apenas do sector do jogo apresenta risco para o desenvolvimento sustentável. Estou de acordo com esta afirmação.

No processo de desenvolvimento diversificado, vamos dar um olhar aos seguintes dois aspectos, um deles é: os elementos exteriores ao jogo, que, nos últimos anos, também têm algum crescimento, incluindo a venda a retalho, sector de serviços, restauração, hotéis, entretenimento, produção, etc., no sector do desporto também se registou crescimento. Quanto a outro aspecto da diversificação da economia, foi-nos dado apoio pelo governo central, a título do desenvolvimento da diversificação da economia regional, para a RAEM investir na ilha de Hengqin em Zhuhai e Nansha em Guangzhou. Neste caso, nas LAG para o próximo ano, vamos dar uma atenção especial à formação de talentos diversificados, através das instituições de ensino superior. Com o desenvolvimento da UM, esperamos formar talentos de Macau e conseguir que os mesmos fiquem em Macau para o desenvolvimento da diversificação da economia. Isso pode não conseguir-se a curto prazo, mas importa traçar um planeamento e dar início. Já trocámos opiniões sobre isto. Acho que nós precisamos de ter um apoio sistemático para fazer o trabalho.

O segundo aspecto. Acredito que todos sabem qual o peso da indústria do jogo na economia de Macau. Durante todo o processo de desenvolvimento, especialmente após a liberalização do jogo, penso que não é fácil alterar rapidamente o peso do sector do jogo na nossa economia que continua a pesar por algum tempo. Mas isto não impede que seja dada articulação ao desenvolvimento dos elementos exteriores ao jogo. Por isso, incentivamos fortemente o aumento de novos projectos integrados que são elementos exteriores ao jogo, para aumentar receitas destes projectos, de modo a encurtar a distância entre os elementos exteriores ao jogo e os elementos do jogo. Além disso, o governo apoia a diversificação da economia com recursos e políticas. Estamos a preparar um plano para dar apoio forte, no próximo ano, às PME de Macau, para que as mesmas tenham oportunidades de desenvolvimento na economia local e também na economia regional. A elaboração do referido plano está em curso.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lam Heong Sang.

Lam Heong Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

V. Exa. Sr. Chefe do Executivo:

Como já respondeu a muitas questões sobre a habitação, mudo para outro tema.

Nos últimos anos, o aumento da receita de imposto sobre o jogo fez com que a RAEM tenha acumulado boas reservas financeiras, mas desde 2007, regista-se um aumento anual incrível das despesas públicas do governo da RAEM, até ultrapassou o crescimento económico global. Nos cinco anos entre 2008-2012, o aumento foi de 37,6%, 30,4%, 11,6%, 29,7%, 15,8%, respectivamente. O montante das despesas públicas de cada ano foi de \$14,7 biliões em 2007, e 2012, passou para \$56,7 biliões.

V. Exa. Sr. Chefe do Executivo, as despesas públicas realizadas em 2012 foram 3,8 vezes maiores, face a 2007. Que opinião tem sobre este aumento das despesas públicas? Vai introduzir a prática semelhante à de “gestão de desempenho”? Vai introduzir nos serviços públicos a prática de “eficiência e benefício económico”? No futuro, vai implementar um mecanismo que regule o aumento das despesas públicas? Vai elaborar leis e regulamentos que controlem aumento das despesas públicas.

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Sr. Deputado Lam Heong Sang.

Em relação à gestão financeira de despesas públicas, realizar despesas em função das receitas, desenvolver a economia para melhorar a vida quotidiana dos residentes são a base principal destas despesas. Em 2012, após aprovação da lei do orçamento, discuti muitas vezes com o Sr. Secretário Tam para manter na medida do possível as despesas globais num certo nível, em 2013 e nos dois anos seguintes. Estas referem-se a todas as despesas do governo e estamos a realizar este trabalho agora. É claro que quando sucedam incidentes (os que referiram antes) que obriguem aumento súbito das despesas, teremos de aumentar. Mas o conceito é controlar o aumento das despesas totais. Após 2012, a partir de 2013 e nos dois anos seguintes, esperamos controlar as despesas.

Mas quero apresentar dois dados. Das despesas totais, as despesas da área de vida quotidiana representam 49,8%, em 2010; 66% em 2011; 72,6% em 2012; 73,9% em 2013. Podem ver que em 2012 e em 2013, as despesas foram basicamente controladas. Mas a proporção das despesas realizadas na área de vida quotidiana dos residentes aumentou significativamente face ao passado. Este é também o trabalho que precisamos de fazer: o desenvolvimento económico visa melhorar a vida quotidiana dos residentes. Por isso, temos de atribuir mais verbas nesta área. Segundo aspecto. Em relação à proporção entre o PIB e os gastos do governo, um assunto muito falado, em 2009, foi de 19,7%; em 2010 foi de 16,9%; em 2011, foi de 15,5 %. Portanto, a proporção tem-se mantido inferior a 20%. De realçar que este é um conceito muito adoptado por muitos países e territórios. Pretendemos manter a proporção entre o PIB e os gastos do governo inferior a 20%.

Portanto, com estes dados, queria explicar-lhes estas questões e o conceito de gestão das futuras despesas públicas. É claro que também não é um montante real, estamos a executar despesas de acordo com este conceito.

Foi referida a gestão do desempenho. De facto, no relatório das LAG apresentei que este ano, vamos executar a gestão do desempenho. Quanto ao nível financeiro, especialmente a gestão do desempenho orçamentado, vamos proceder ao respectivo acompanhamento. Podem ficar tranquilos, porque isto já está incluído. Consultámos o exemplo do interior da China, especialmente sobre os requisitos de gestão financeira pública definidos em critérios científicos, padronizados e pormenorizados. Hoje em dia, promove-se muito a gestão do desempenho orçamentado. Na gestão do desempenho, damos mais a atenção aos gastos, porque sei que muitas individualidades, incluindo os Srs. Deputados e amigos disseram-me que na apresentação da Lei do Orçamento, os Srs. Deputados concordaram com as despesas públicas, mas certos projectos únicos ou projectos de investimento

vieram a sofrer de aumento muito considerável. Isto é o que preocupa a todos. Acho que é uma... penso que a atenção dos Srs. Deputados concentra-se em que haja um mecanismo em que explicamos à AL as razões do aumento de despesas de alguns projectos, para ter oportunidade de comunicação em duas vias. A gestão do desempenho inclui a gestão do desempenho orçamentado, nós faremos isto. Mas quero enfatizar que os gastos do governo abrangem basicamente os benefícios económicos e sociais. É mais fácil medir os benefícios económicos, no entanto, os benefícios sociais podem não ser possíveis que sejam medidos em cada ano. Por exemplo, do ponto de vista amplo, tais como a segurança do Estado, estabilidade social, ajustamento social, segurança social e desenvolvimento estável de todas as causas, os seus benefícios sociais não podem ser tão facilmente medidos como benefícios económicos. Mas acho que é preciso proceder à gestão e avaliação do desempenho e vamos fazê-lo, pois estão em causa as receitas e despesas financeiras do governo, especialmente no que diz respeito às despesas.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tsui Wai Kwan.

Tsui Wai Kwan: Obrigado, Sr. Presidente.

V. Exa. Sr. Chefe do Executivo:

A minha pergunta é igual à questão do Sr. Deputado Kou Hoi In que é o actual Presidente do NPC, Sr. Zhang Dejiang deu atenção aos três desafios que Macau está a enfrentar: o primeiro é a indústria de jogos no lugar predominante; o segundo é o aumento de reforço para desenvolvimento da diversificação da economia; o terceiro é talentos, especialmente a falta de todos os tipos de talentos. Esses três desafios são iguais e afectam-se mutuamente. Precisamente, a falta de todos os tipos de talentos em Macau condiciona o desenvolvimento da diversificação da economia, de forma que tem sido difícil afastar da situação em que a indústria do jogo não seja uma indústria predominante. Assim, os talentos existentes continuam a entrar em grande proporção no sector do jogo. Tendo este ciclo vicioso, o desenvolvimento de outros sectores torna-se mais difícil, o ajustamento da estrutura industrial é cada vez mais difícil de alcançar. Face ao exposto, a falta de talentos e a indústria única constituem o problema central dos três desafios acima referidos.

Hoje, Macau ainda continua próspera, mas tal como o Sr. Presidente Zhang disse, temos de estar preparados para adversidades. Para a diversificação industrial, o pré-requisito é ter talentos. V. Exa. Sr. Chefe do Executivo, vai o Governo elaborar plano abrangente de talentos, desenvolver formação de talentos locais e atrair talentos de fora, aumentar a oferta de vários tipos de talentos, para promover assim o desenvolvimento saudável dos elementos exteriores do jogo, a fim de atingir a meta final da diversificação adequada da economia?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Sr. Deputado Tsui Wai Kwan.

Ao responder ao Sr. Deputado Kou Hoi In, dei já uma parte da resposta às suas questões. No final da intervenção, o Sr. Deputado Tsui Wai Kwan perguntou se dispomos ou não de um pacote de planos para formar talentos. Desenvolvemos a formação de talentos em dois aspectos a longo prazo, um é dar articulação ao

desenvolvimento de todo o território, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento económico; por outro aspecto, é preciso melhorar a qualidade dos residentes, no que diz respeito às humanidades, as ciências, especialmente melhorar a qualidade dos residentes, especialmente aceder ao ensino superior, para melhorar a qualidade. Temos de encontrar um equilíbrio, não devendo conceber currículos escolares, tendo em conta apenas articulação com a economia, embora seja uma direcção principal. O estudo a realizar juntamente com as instituições de ensino superior deverá obedecer às duas metas estratégicas simultaneamente, em vez de ser uma única meta. Mas com o desenvolvimento económico, os talentos de que precisamos, tal como acabámos de mencionar, são principalmente em dois aspectos: primeiro, talentos destinados ao sector do jogo e aos elementos exteriores ao jogo, pois ocupam maior peso na economia; segundo, dar mais apoio ao desenvolvimento da diversificação da economia de outros sectores com talentos necessários. Através do nosso Gabinete de Apoio ao Ensino Superior de Macau, foi criada uma base de dados dos recursos humanos qualificados. Para o próximo passo, poderemos fortalecer ainda mais este trabalho preliminar. Na verdade, este trabalho não é fácil, porque o mercado é móvel, e o desenvolvimento económico também está relacionado com o mercado. Por isso, vamos a fazer o que podemos, mas espero ter um planeamento preliminar para apoiar as gentes de Macau.

Quero falar noutra assunto. Na verdade, as gentes de Macau também não têm de necessariamente receber a educação em Macau. Vemos agora que muitos estudantes deixaram Macau para estudar no exterior. Portanto, as pessoas da área de ensino superior também me deram sugestões que desse apoio aos estudantes que tiram curso superior no exterior, o essencial é que eles voltem para servir Macau. Vários Srs. Deputados já referiram: antigamente, com a licenciatura, voltavam para Macau, mas faltava condições para eles se desenvolverem, sem boas oportunidades de desenvolvimento. Com o desenvolvimento económico de mais de 10 anos, as condições foram melhorando face ao passado, com mais oportunidades de emprego. Mas acho que o mais importante é procurar criar uma segunda oportunidade para as gentes de Macau. Falando de forma simples, os residentes que não tenham o ensino básico concluído... não tenham o ensino superior concluído têm uma oportunidade de se aperfeiçoarem. Porque o essencial é só depois de se aperfeiçoar, é que eles terão oportunidade de ascensão. Portanto, para esta parte dos residentes, devemos cooperar com os empregadores, com a participação voluntária dos empregados. Teremos de aplicar mais recursos em ajudar esta parte de residentes a aceder à ascensão. Como sabem muito bem que é uma vida dura depois de trabalhar, ainda têm de ir para aulas. Para conseguir isto, depende muito da determinação dos próprios residentes para melhorar a qualidade. O tempo não é nada curto. Segundo as minhas experiências - porque antigamente exercia funções pedagógicas - especialmente numa escola nocturna ou num curso de aperfeiçoamento, no início, ficavam-se muito satisfeitos, mas a meio do curso, os alunos reduzem para metade, e no final havia ainda menos alunos. Como damos um apoio adequado para que os residentes possam aceder à formação ocupacional? Especialmente aqueles residentes que pretendam aceder à ascensão, a questão que se coloca é, não é porque eles não queiram estudar, mas por razões diversas, eles ficaram impedidos de se aperfeiçoar, pois sobre eles são enormes as pressões de trabalho, de família, ou de falta de saúde. Portanto, é melhor trabalharmos rumo a dois objectivos em paralelo: dar oportunidades aos que não tiveram oportunidades de receber a educação; damos oportunidade aos nossos jovens de Macau com apoio, para melhorar a formação de talentos de Macau. Com a nossa

base de dados, pretende-se saber a vontade das gentes que estejam dispostas a servir Macau. Creio que, nesse período de desenvolvimento económico de alta velocidade, criam-se estas oportunidades, pois no passado, não tivemos oportunidades tão boas.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigado, Sr. Presidente.

V. Exa. Sr. Chefe do Executivo,

Srs. Governantes,

Caros colegas:

Em Macau, há uma série de problemas graves, por exemplo, problemas relativos aos terrenos, campas, habitação, cuidados de saúde, todos estes problemas tiveram a ver com o facto de ainda não haver, até à presente data, o regime de responsabilidade dos titulares dos principais cargos. Levou-se seis anos para descobrir o mega escândalo de corrupção de Ao Man Long, ex-secretário para os Transportes e Obras Públicas, porque ele era titular do principal cargo.

Depois deste escândalo, ainda há alguns titulares dos principais cargos que recusaram assumir a responsabilidade política e disciplinar. Pela pressão exercida pela sociedade, V. Exa. Sr. Chefe do Executivo mandou publicar em 2010, o Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia.

Ressalte-se que o caso das dez campas é o segundo escândalo maior, após o retorno à Pátria. O caso do ex-secretário para os Transportes e Obras Públicas levou seis anos, porque ele era um dos titulares dos principais cargos. O caso das dez campas está metido na gaveta da pasta da Administração e Justiça. Lembro-me de um ditado: Se a viga superior não estiver direita, as vigas mais abaixo ficam oblíquas. Além disso, os residentes de Macau esperam que os membros da Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa tenham cumprido com rigor os códigos deontológicos, mas fiquei muito desapontado, porque foram nomeadas pessoas arguidas, pessoas abusadoras do poder, que usaram o dinheiro público para instalar em sua casa Internet de fibra óptica, com argumento de ter muito trabalho a fazer em casa.

Gostava de perguntar ao Sr. Chefe do Executivo: quanto à responsabilização, qual é a escala de tolerância em termos de assumir responsabilidade política e disciplinar? Será que os que estão no nível mais alto, assumiriam menos responsabilidade?

Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente, obrigado ao Sr. Deputado Pereira Coutinho pelas questões.

Antes de mais, quero mostrar claramente que, sendo Chefe do Executivo, face a todos, face à sociedade, estou mais atento e dou mais atenção aos incidentes e casos judiciais envolvendo governantes, pois esta é a minha responsabilidade. Macau é governado pelo primado do Direito, tudo isto tem de estar em conformidade com a lei. Esta é a premissa.

O caso das campas foi falado já há anos. Na sequência do caso das campas, tal como foi divulgado pelo Gabinete de Comunicação Social, mandei o Comissário contra a Corrupção conduzir a investigação do caso com independência. Após realizada uma série de trabalhos, o comissário publicou o relatório sobre a investigação. Todos já leram o relatório. No passado, teceram-me muitas críticas, por ser entregue o caso à Sr.^a Secretária Chan, o que significa que ela se investigava a ela própria. Aproveito a oportunidade de hoje para esclarecer esta matéria. Na altura, anunciámos que a investigação do caso das campas era conduzida pelo Comissário contra a Corrupção com independência e o relatório sobre a investigação também já foi publicado. Por isso, eu nunca passei o caso à Sr.^a Secretária Chan e aos governantes relativos para investigar o caso. Em segundo lugar, o trabalho que entreguei à Sr.^a Secretária Chan foi para se pronunciar sobre o relatório de investigação, no sentido de acompanhar as melhorias a fazer pelo IACM, na qualidade da tutela do mesmo. Todos os procedimentos foram cumpridos. Como já me perguntaram várias vezes, hoje posso falar nisto com toda a franqueza. Sendo Chefe do Executivo, cumprem-me os direitos conferidos pela Lei Básica. No juramento, está claramente expresso, um dos quais é cumprir a lei. Os valores fundamentais do desenvolvimento da RAEM são a independência judicial e o cumprimento da lei. Portanto, isto é obrigatório. Todos sabem que a Lei Básica diz claramente: “Os tribunais da Região Administrativa Especial de Macau exercem independentemente a função judicial, sendo livres de qualquer interferência e estando apenas sujeitos à lei”. Sobre este assunto já me perguntaram por várias vezes. Sabem que o Ministério Público já disse expressamente que o caso dos 4 colegas do IACM encontra-se na fase de instrução. Sabem claramente que, na fase de instrução, a instrução deve ser feita com independência em observação do princípio de segredo de justiça. Sendo Chefe do Executivo, tenho de respeitar este princípio. No entanto, posso deixar a minha promessa: iremos com certeza obedecer aos procedimentos administrativos para realizar o trabalho necessário, logo que nos seja notificado o resultado da instrução pelo juiz de instrução. Aproveitando a oportunidade de hoje, quero manifestar claramente que da instrução, podem sair dois resultados: ou não ser acusado ou ser acusado. No último caso, a acusação será agendada. Mal seja conhecido o resultado da instrução, o Executivo será notificado pelo juiz de instrução. Daí, vamos seguir os procedimentos para fazer o trabalho necessário. Deixo aos Srs. Deputados a minha promessa. Não estou a prometer na qualidade do chefe do executivo do 3º mandato, porque os meus colegas do 2º mandato vão proceder ao tratamento de acordo com os procedimentos administrativos. Podem ficar tranquilos.

Quanto à responsabilização dos titulares dos principais cargos, temos uma série de normas que regulam isto. No passado, ocorreu um caso infeliz e como vemos a pessoa em causa foi condenada. Hoje peço que nos dêem algum tempo, porque tudo leva seu tempo a fazer incluindo os procedimentos administrativos ou processos judiciais. Temos de respeitar a independência judicial e o princípio do segredo de Justiça, para que o procedimento judicial decorra até concluir; em seguida, será notificado o resultado ao executivo que, naturalmente faz depois o trabalho nos termos legais. Antes de ser notificado, temos de cumprir rigorosamente o princípio de segredo de Justiça e o princípio da independência judicial. Hoje, nesta nossa situação, se desrespeitássemos estes princípios, violaríamos o princípio fundamental que é cumprir a lei. Portanto, respondi sinceramente ao Sr. Deputado Pereira Coutinho, esclareci claramente a posição do governo. No passado, na actualidade e no futuro, actuamos de acordo com a lei. Fique tranquilo, mal seja concluído o processo de instrução, mal seja notificado pelo juiz de instrução,

iremos actuar em conformidade com a lei.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sio Chi Wai.

Sio Chi Wai: Obrigado, Sr. Presidente.

V. Exa. Chefe do Executivo,

Srs. Governantes,

Caros colegas:

Sendo plataforma de serviços para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, Macau tem muitas vantagens singulares. Com estas vantagens aproveitadas, com o papel de Macau como plataforma durante vários anos, começou-se a tornar evidente o resultado da cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa.

No decorrer da promoção de actividades, intercâmbio e cooperação económica e comercial, os talentos desempenham um papel fundamental. Portanto, a formação de talentos é extremamente importante, mas Macau tem a falta grave de talentos familiarizados com operações comerciais e com o Direito dos países de língua portuguesa. Embora o Governo ministre cursos de língua portuguesa, as instituições superiores de Macau também assumem a responsabilidade da formação de talentos, tendo ministrado cursos de tradução de língua portuguesa, cursos do Direito dos países de língua portuguesa, para criar condições nas necessidades de talentos de língua portuguesa. No entanto, o número de talentos na área económica e comercial dos países de língua portuguesa continua a ser insuficiente.

Gostava de perguntar ao Sr. Chefe do Executivo, tendo a base actual, como é que o Governo da RAEM irá tornar Macau, através do mecanismo do reforço da formação de talentos em língua portuguesa, numa base de formação de talentos em língua portuguesa, na área jurídica, financeira, económica e comercial, a fim de fazer face às futuras necessidades da plataforma de cooperação económica e comercial?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente, obrigado ao Sr. Deputado Sio Chi Wai pelas questões.

Todos sabemos que Macau pretende transformar-se num centro mundial do turismo e lazer, uma plataforma de cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa. Valorizamos muito as oportunidades de desenvolver a plataforma de cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa. Portanto, foi referido um assunto que foi também uma atenção recente da sociedade: Macau é um local bom para formar talentos de língua portuguesa. O governo está de acordo. Porque no passado, desde o ex-governo para o Governo da RAEM, temos já uma base, incluindo o ensino superior e o ensino não superior. Temos os alicerces construídos. Quanto ao desenvolvimento nesta área, temos as condições favoráveis que também satisfazem as necessidades do desenvolvimento desta plataforma. Portanto, estou de acordo consigo e vamos trabalhar neste sentido. Em termos da actualidade, o governo apoia e promove

as instituições superiores para reforçar de forma sustentável o ensino de língua portuguesa, para cooperar com as escolas dos países de língua portuguesa, em particular para melhorar a formação de talentos bilingues nas áreas jurídicas, económicas e comerciais. Agora, só na Universidade de Macau num ano inscrevem-se mais de mil alunos nos cursos de língua portuguesa. No sistema de ensino de língua portuguesa integrado no ensino básico, segundo as estatísticas do ano passado, há mais de 4 mil alunos que frequentaram cursos de língua portuguesa, nas escolas primárias e secundárias públicas e privadas. Nesta base, acredito que temos as condições reunidas para melhorar a formação dos talentos de língua portuguesa. Para isso, é preciso ter bons currículos e bons professores, de forma que vamos dar articulação activamente a este respeito, especialmente para desenvolver o papel da plataforma de cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

V. Exa. Sr. Chefe do Executivo:

Recentemente, o Coeficiente de Gini, que mede a disparidade da riqueza em Macau aumentou consideravelmente. Mas muitos residentes contaram-me que a situação real está ainda pior. Por exemplo, os idosos têm cada vez mais dificuldades em aceder aos cuidados de saúde. Por exemplo, numa família de base, quando o idoso precisa de ir ao médico, o familiar jovem tem de pedir dispensa com dedução de remuneração para acompanhar o idoso a consultar o médico. O governo alegou respeitar muito os idosos, afirmou também que o tempo de espera pelo acesso à consulta médica é semelhante ao dos territórios vizinhos. No entanto, segundo o resultado das entrevistas a mais de dez mil famílias, efectuadas por mim e pela respectiva associação, muitos idosos disseram: o tempo de espera é de no mínimo, a três ou quatro horas, ou mesmo cinco, seis horas; a marcação de consulta de especialidade leva seis meses a um ano; o tempo de espera na imagiologia e análises leva meio ano a um ano. Durante o período de espera, o doente ainda tem de suportar o tormento da doença, os familiares ficam preocupados com a situação de doença, o que traz stress aos mesmos, afectando a sua qualidade de vida, e também é provável que a doença venha a piorar, pois a doença está ainda por diagnosticar. Para resolver as dificuldades de aceder à assistência médica, os residentes pediram-me que perguntasse ao Sr. Chefe do Executivo: O Executivo prometeu criar especialidade de idosos, encurtar o tempo de espera dos idosos, na primeira metade do ano corrente, essas medidas podem ser aplicadas? E este ano é possível adjudicar o serviço de imagiologia e outras especialidades aos sistemas privados de saúde, que tenham passado na avaliação? Para terminar, pode configurar fichas médicas electrónicas neste ano, para facilitar ao público aceder à assistência médica fora do hospital, de forma a resolver as dificuldades de aceder aos cuidados de saúde, que afecta a via quotidiana da população?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Respondo às questões do Sr. Deputado Mak. Antes de mais, quero falar sobre a questão do coeficiente de Gini. De fato, o coeficiente de

Gini é para medir o grau de desequilíbrio na distribuição de rendimento na sociedade. Quanto a esta definição, não sei se errei, se errei, agradeço que o Sr. Deputado Mak me corrija. Recentemente, foi publicado um relatório por uma instituição de estudo sobre o coeficiente de Gini. No relatório referiram-se também as questões que o Sr. Deputado Mak acabou de levantar: preocupam-se com o crescente fosso entre os ricos e os pobres.

Antes de mais, expresse-me sobre o referido relatório e levanto também umas questões, quanto ao rendimento calculado e coeficiente feito. Não digo que o relatório seja errado, mas há aspectos que são questionáveis. Especialmente no que diz respeito ao rendimento, porque isto afectou as conclusões do coeficiente de Gini. Diz-se que o nosso coeficiente é 4. Bem, esta questão pode ser discutida mais tarde. Estou de acordo com a sua questão: devemos fazer um bom trabalho para os idosos. Fazer um bom trabalho para idosos, acho que é um trabalho que o nosso governo e toda a sociedade devem fazer. Porque os nossos anciãos contribuíram permanentemente com seus esforços para o desenvolvimento de Macau, de forma que hoje a nossa economia tem uma base. Portanto, devemos retribuir-lhes e cuidar bem deles.

De acordo com minhas informações, no início deste ano, nos Serviços de Saúde foram criadas a especialidade na área da medicina geriátrica e consulta de saúde geriátrica. O Sr. Deputado Mak disse que o tempo de espera é longo quando passar para uma especialidade, por exemplo, para a imagiologia. Nos estabelecimentos hospitalares públicos de todos os países e territórios, há problema de tempo de espera longo, especialmente na imagiologia, como referiu. Li muitas estatísticas, de facto o tempo de espera é muito longo, quer no território, quer nos países desenvolvidos. Será que a sua ideia era, se o governo aplicasse mais recursos com políticas, o tempo de espera por idosos poderia ser encurtado, talvez, mas não era ser atendido imediatamente. Porque se trata de um problema mundial e não apenas em Macau.

A segunda questão levantada é sobre a adjudicação. Tenho de passar esta questão ao Sr. Secretário Cheong e ao Director Lei. Porque a adjudicação de serviço precisa de obedecer aos princípios. Primeiro, está relacionada com as leis e regulamentos; segundo, uma adjudicação requer a garantia dos próprios serviços. Actualmente, o governo coopera com mais de uma dezena de entidades não-governamentais, incluindo o Hospital Kiang Wu de Macau, o Hospital Universitário da MUST etc., que são uma garantia de qualidade, sendo a maior preocupação os doentes. Portanto, este assunto merece ser discutido. Ou seja, importa ter garantia quando um serviço é adjudicado. Percebi que a sua ideia era encurtar o tempo de espera, permitindo que os doentes façam exames médicos noutras entidades, para o mais cedo possível saber o resultado do diagnóstico. Assim os idosos teriam um serviço conveniente e eficiente. Temos de estudar todas estas questões. A nível de política, damos a nossa atenção e apoio, tal como diz nas LAG: este ano isso já foi criado.

Quanto às fichas médicas electrónicas, podemos fazê-lo. Porque de acordo com o relatório que me foi submetido, o trabalho começa-se primeiro nos três hospitais, em seguida, será estendido a outras entidades. Mas para o seu andamento, temos de saber melhor, especialmente no que diz respeito à protecção de privacidade. Segundo as informações que recebi, este ano, o trabalho foi iniciado já nos três hospitais. Para os detalhes, vou convidar o Sr. Secretário Cheong a fornecer dados por escrito mais detalhados. Sim, estamos de acordo com fichas médicas electrónicas, mas a maior dor de

cabeça é garantir a privacidade, por ser uma matéria muito importante.

Presidente: Bom, fazemos agora intervalo de meia hora.

(Intervalo)

Presidente: Bom, retomemos a reunião plenária. Tem a palavra o Sr. Deputado Lee Chong Cheng.

Lee Chong Cheng: Obrigado, Sr. Presidente.

V. Exa. Sr. Chefe do Executivo:

Nos últimos anos, o Governo tem aplicado uma série de medidas positivas para conter a inflação. No entanto, estas medidas não produziram efeitos notórios, para aliviar encargos de vida dos residentes, porque as referidas medidas ficaram sujeitas a muitas irregularidades, “regras” irracionais praticadas no sector, fenómeno estranho de “procura interna” e, nos dias festivos, os preços são aumentados para o dobro sem justa causa, ou cobra-se uma taxa especial nos dias festivos, fixam os preços na origem e manipulam na parte intermediária. Face ao aumento dramático dos preços dos bens de consumo das necessidades diárias, o governo deu-nos a impressão de que ficou incapaz de fazer seja o que for.

Perante aumento dos preços dos géneros alimentícios e dos bens de consumo das necessidades diárias, o aumento salarial dos trabalhadores ficou corroído, mas infelizmente só podem ficar submissos, e a vida torna-se cada vez mais difícil.

Assim, pergunto a V. Exa. Sr. Chefe do Executivo, de que medidas dispõe para aplicar o mais cedo possível, e que sejam capazes de tornar os preços mais razoáveis, que promovam gradualmente o desaparecimento dos aspectos irracionais e irresponsáveis, para atingir o objectivo de estabilizar verdadeiramente os preços? O Sr. Chefe do Executivo está confiante em controlar a taxa de inflação em que percentagem?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Sr. Deputado Lee Chong Cheng.

Há pouco já disse que em Março, a taxa de inflação é de 4,95%, em comparação com Fevereiro, registou-se uma desaceleração de 1,21%. É uma taxa de variação anual inferior a 5%, pela primeira vez, desde Abril de 2011. De acordo com a nossa informação relevante, estiveram na origem desta desaceleração de inflação: influência diminuída originada pelo Ano Novo Lunar, redução dos preços de excursões, venda a preço promocional das roupas de inverno. Tal como expliquei anteriormente, a inflação que estamos a enfrentar agora é uma inflação importada, no processo de desenvolvimento económico acelerado, a taxa de inflação é relativamente mais elevada empurrada pela demanda doméstica. De acordo com os estudos que li, alguns apontam que a taxa de inflação deste ano mantém-se em 6%, e outros apontam 5%. Vamos continuar a fazer os nossos trabalhos referidos pelo Sr. Deputado Lee que preocupam muito aos residentes: fiscalizar o fluxo alimentar, o mercado, também vamos envidar esforços para rever as leis e regulamentos que regulam a protecção dos direitos e interesse dos consumidores, para regularizar a ordem do mercado de fornecimento de alimentos. Já foi referido que no início de Abril, o fornecedor

baixou o preço a grosso da carne suína, e ao mesmo tempo, registou-se uma descida maior nos últimos anos. Estes dados servem de referência para os nossos trabalhos. Também vamos continuar a acompanhar os trabalhos, através do nosso grupo de trabalho para a revisão de leis e regulamentos. Entretanto, continuamos a aplicar as medidas permanentes e só de uma vez para aliviar as dificuldades. Quanto à segurança da origem de produtos e à cadeia de abastecimento, temos alguma experiência já praticada neste sentido. Acredito que podemos fazer ainda mais, neste sentido. Acredito que todos compreendem que há, certamente, a inflação importada e empurrada pela demanda doméstica. Mas o que preocupa mais a todos é as leis e regulamentos que protegem os direitos e interesse dos consumidores. Com os esforços feitos pelo nosso grupo de trabalho, verifica-se que nas lojas de Macau, os preços são muito variáveis. Quanto a isso, acredito que só nos limitamos a fazer algo, que é divulgar atempadamente e com transparência os preços, para os residentes poderem ter mais escolhas. Porque os preços são muito variáveis, com diferenças de 20% ou até 30%. Falou-se durante anos sobre a parte intermediária. Recentemente, fizemos muito trabalho proactivamente no âmbito de origem, venda a grosso e retalho. Espera-se obter melhor resultado através deste trabalho.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cheang Chi Keong.

Cheang Chi Keong: Obrigado, Sr. Presidente.

V. Exa. Sr. Chefe do Executivo,

Srs. Governantes,

Caros colegas:

Boa tarde!

V. Exa. Sr. Chefe do Executivo:

Ao receber a V. Exa. Sr. Chefe do Executivo, no mês passado, o Sr. presidente Xi Jinping disse que Macau se encontrava num bom período da história, esperando que o Governo da RAEM e todos os sectores sociais se agarrassem às oportunidade e condições favoráveis actuais, para estudar e resolver os problemas notórios condicionantes ao desenvolvimento, aumentar a consciência dos tempos adversos, construindo alicerces necessários ao desenvolvimento a longo prazo.

De facto, nos últimos anos, com o apoio de uma série das políticas preferenciais aplicadas pelo país, sob o impulso da indústria do jogo, a economia de Macau tem mantido um bom desenvolvimento, mas ao mesmo tempo, disso, foram derivados muitos problemas sociais.

Assim, queria perguntar V. Exa. Sr. Chefe do Executivo: Nesta fase, quais os problemas notórios condicionantes ao desenvolvimento de Macau? Como é que o Governo vai resolver esses problemas?

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente, obrigado ao Sr. Deputado Cheang Chi Keong pelas questões.

Todos ficaram atentos aos problemas apontados pelo Presidente do Estado, bem como às suas instruções. Em primeiro lugar, gostava de lhes dizer que o Sr. Presidente Xi Jinping reconheceu o trabalho

do Governo da RAEM, manifestou mais uma vez o apoio dado pelo governo central ao desenvolvimento de Macau, afirmou que Macau se encontrava numa fase de desenvolvimento económico e de melhoramento do nível de vida dos residentes e, ao mesmo tempo, apontou os problemas à frente, no nosso desenvolvimento. Resumindo as afirmações e instruções dos vários dirigentes, penso que alguns assuntos referidos devem ser concretizados no nosso planeamento a longo prazo, no próximo ano. Primeiro, todos nós sabemos que em Macau há uma série de condicionantes muito óbvias: talentos, terrenos e a predominância do sector do jogo no nosso desenvolvimento económico. Estes são os condicionantes ao nosso desenvolvimento a longo prazo, com sustentabilidade. Em termos de comparação, nestes últimos 13 anos com o governo da RAEM, a economia tem obtido algum desenvolvimento. Tal como disse o Sr. Deputado Cheang, do desenvolvimento económico foi derivada uma série de problemas. Esperamos que, com os recursos acumulados e a experiência do governo ao longo destes 13 anos, os futuros problemas mais profundos que preocupam a todos fiquem melhor resolvidos.

Quanto a isso, não temos de fugir dos problemas, porque isto tem a ver com a governação, visando melhorar o nível de governação, criar um regime que permita que o governo da RAEM sirva com eficácia todos os residentes de Macau e resolva todos estes problemas para que se possa continuar o desenvolvimento.

Penso que temos duas preocupações com o aspecto dos talentos: primeira, a quantidade, segunda, as necessidades de todos os tipos de talentos. Há pouco vários Srs. Deputados realçaram a importância de satisfazer as necessidades de falta de talentos. Acredito que em breve vamos lançar um plano preliminar para apoiar as gentes de Macau a aceder ao ensino não superior, ao ensino superior; outro apoio será proporcionar às gentes de Macau que não tiveram acesso ao ensino não superior ou ao ensino superior uma segunda oportunidade de se aperfeiçoarem, permitindo-lhes ascensão social. Este é o apoio ao aperfeiçoamento ocupacional.

Quanto a outro aspecto de terrenos, como todos sabemos, actualmente, estamos mais preocupados com as necessidades de habitação, mas na verdade deveríamos estar também preocupados com o desenvolvimento económico global. O nosso país aplicou-nos uma série de incentivos e apoios. Todos sabemos que nas “Linhas Gerais para o Desenvolvimento e Reforma do Delta do Rio das Pérolas” diz claramente que Macau pode desenvolver a ilha de Hengqin em Zhuhai, Nansha em Guangzhou. Em termos de área de terrenos, as oportunidades de desenvolvimento em Nansha são muito maiores, porque a sua área é relativamente maior.

Por outro lado, quanto ao aspecto do nível de governação do Governo da RAEM, isto está relacionado com a criação do nosso regime, para tal, temos de apresentar propostas de lei visando proceder à revisão das leis e regulamentos pertinentes, para estarmos a par da evolução do tempo.

Quanto aos trabalhos a fazer para estes aspectos, teremos de proceder com toda a seriedade à sua revisão e aplicação. Agora, Macau encontra-se numa fase próspera, mas temos de nos preparar para as suas adversidades, foi o que afirmou o líder. Hoje, muitos Srs. Deputados mostraram-se preocupados com a nossa economia, porque o sector do jogo ocupa uma fatia enorme na nossa economia, ficando vulnerável à influência do exterior. Irá a nossa economia sofrer de alterações provocadas pelo mercado? Face a isto, temos de nos preparar para as suas adversidades, tendo sido aprovada a lei que

estabelece o regime da reserva financeira. A reserva financeira entrou em funcionamento há bastante tempo, por isso, agora temos alguma reserva. O montante da reserva que temos agora mostra que estamos preparados para os tempos adversos, no caso de incidentes. Tal como a questão sobre doenças transmissíveis levantada no início da reunião plenária pela Sr.^a Deputada Leong On Kei, passámos pelo surto do SARS, há uma década e, além de precisarmos de proteger a vida e a saúde do público em geral, constatámos que a doença produziu impacto sobre a economia. O tempo foi curto, mas a epidemia afectou seriamente a economia de Macau e dos territórios vizinhos. Por isso, precisamos de estar cientes dos tempos adversos, quando a economia começar a sofrer alterações, temos de proteger os residentes de base, a qualidade de vida dos nossos cidadãos e a estabilidade de Macau. Acho que isto é importante.

Como quebrar os condicionantes? Acredito que não é só o governo que tem de trabalhar neste sentido, mas também são precisos os esforços conjuntos de toda a sociedade, porque os condicionantes são com talentos, terrenos e problemas institucionais, etc. Mas quero apontar claramente que, quando o desenvolvimento chegou a certa altura... Olhemos para 13 anos, no início de estabelecimento da RAEM, muita coisa sofreu de mudanças significativas. Portanto, só podemos contar com os recursos económicos acumulados nos últimos dez anos, para resolver estes condicionantes, para alcançar um maior progresso a nível estratégico, no meio deste desenvolvimento. Já temos consenso sobre os nossos problemas sectoriais. Quando há um único sector que ocupa um peso forte na economia, produzem-se vários impactos, segundo estudos e opiniões que nos fizeram chegar. A incompatibilidade de talentos foi uma preocupação dos três Srs. Deputados. O desenvolvimento único requer muitos talentos, por exemplo, sabem que serão concluídos vários projectos integrados, então com toda a certeza, vão recrutar um grande número de pessoas qualificadas, só para estes projectos de desenvolvimento. Os projectos integrados serão operados pelas operadoras do jogo, as condições e as oportunidades de emprego a oferecer prevalecem relativamente sobre o mercado em geral, portanto, surge facilmente uma incompatibilidade de talentos, porque integram neles muitas pessoas. Face a esta situação como dar mais oportunidades às gentes de Macau? Isto merece a nossa reflexão.

Sabem que para assegurar o funcionamento regular, estes vários projectos integrados precisam de uma série de talentos. Durante o funcionamento, há o processo operacional, isto é, de funcionamento inicial ao funcionamento totalmente regular. O problema que estamos a encarar é como melhorar a qualidade dos locais, proporcionando-lhes oportunidades de ascensão social. Recentemente recebi muitas opiniões, que propuseram atrair pessoas especializadas para que, nas circunstâncias em que se desenvolve a economia, Macau tenha compatibilidade de talentos. Porque não havendo talentos, seria difícil. Acho que isto merece pensar-se como dar apoio forte com políticas. Porque todos nós sabemos... segundo as informações que li, no futuro, até 2016, serão concluídos vários projectos integrados. Em cada um deles, foram investidos muitos recursos, a mão-de-obra de que vão precisar será mesmo muita. Até lá, outras empresas e as PME irão sentir ainda mais a falta de mão-de-obra. Portanto, vale a pena pensar-se nisto. No entanto, antes de mais, acho que temos de proporcionar com prioridade oportunidades às gentes de Macau para aceder à ascensão social. Na falta de talentos, deveremos absorver talentos especializados e pessoas especializadas que estudam ou vivem em Macau para servirem Macau contribuindo para o desenvolvimento económico de Macau? Como viram, o Instituto de Promoção do Comércio e do

Investimento de Macau já trabalhou nesta matéria com recrutamento de talentos especializados. Para se submeter um pedido ao IPIM, primeiro, o interessado precisa de um emprego com contrato onde são confirmadas as suas qualificações especializadas. Outro tipo é definir para certa área o número de talentos a admitir. Portanto, há conceitos diferentes sobre esta matéria. O Sr. Deputado Cheang levantou hoje a questão sobre os condicionantes, penso que a falta de talentos é uma grande dor de cabeça. Neste ano, não se nota ainda muito esta dor de cabeça, mas em 2016, este problema vai-se tornar notório. Portanto, podemos planear, tendo em conta o princípio de “reparar a casa antes que chova”, sem que seja prejudicada a ascensão social e acesso ao emprego dos locais, para impulsionar a economia e ao mesmo tempo permitir que os locais usufruam da ascensão.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chui Sai Peng.

Chui Sai Peng: Obrigado, Sr. Presidente.

V. Exa. Sr. Chefe do Executivo:

Desde o ano passado, várias cidades do interior da China começaram a sofrer de smog, tendo descido a qualidade do ar. Segundo noticiaram, os motivos de smog e de poluição regional foram diversos. O desenvolvimento económico, industrial e comercial e o desenvolvimento das vilas foram um dos motivos das mudanças ambientais naturais, incluindo o clima e vento.

Segundo as opiniões recebidas das diversas fontes, a questão da qualidade do ar também é o tema que preocupa a população de Macau, sendo um dos problemas ambientais que urge resolver-se. No passado, o Governo da RAEM aplicou uma série de políticas de controle da poluição atmosférica, tais como a proibição de importação de veículos altamente poluentes, entre outras.

Mas a poluição atmosférica é um problema comum e que toda a região tem de encarar, que não ficaria resolvido apenas pelos esforços de Macau, também não podemos ficar livre disso. A tarefa mais urgente é cooperar, coordenar e encontrar uma contramedida, a nível regional. Gostava de perguntar a V. Exa. Sr. Chefe do Executivo, de que plano o Governo dispõe para melhorar a qualidade do ar? Em termos de cooperação regional, que papel Macau desempenha actualmente? Quanto ao futuro controlo de poluição atmosférica, em que projectos Macau pode cooperar com as cidades da região?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente, obrigado Sr. Deputado Chui Sai Peng.

Em primeiro lugar, vou apresentar a cooperação nos seguintes aspectos: em termos de cooperação regional, no acordo-quadro de cooperação Guangdong-Macau e no “Plano para a Construção de uma Área com Qualidade de Vida” a concretizar, temos projectos de cooperação de protecção ambiental. Este ano, foi acrescentada a rede de monitorização da qualidade do ar do Delta do Rio das Pérolas, com o objectivo de proceder à prevenção conjunta e controle conjunto, no âmbito regional. Tal como referiu há pouco, e como todos sabemos, por vezes, para Macau, não é possível separar a qualidade do ar e a poluição atmosférica. No «Planeamento da

Protecção Ambiental de Macau (2010-2020)», vamos controlar as emissões de gases poluentes, o que é muito importante. Estamos mais preocupados com emissões de gases poluentes. O que nos preocupa mais é o regime de inspecção que seja capaz de controlá-los. O Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética já está extensivo às escolas; continuamos a dar incentivos fiscais na compra de carros ecológicos. Na verdade, a longo prazo, temos de atingir as metas nacionais de redução de emissões, sendo parte do país. Vamos a promover com esforços estes trabalhos, através de regulamentação, educação de protecção ambiental, subsídio como verbas públicas, cooperação regional. Porque, hoje em dia, a protecção ambiental é um indicador importante para uma cidade e também é muito importante para a saúde de todos os residentes, não só da nossa geração, como também para a próxima geração. Portanto, nas LAG para o próximo ano, as acções prioritárias serão na protecção ambiental, especialmente controlar os problemas de poluição.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Ho Ion Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

V. Ex. Sr. Chefe do Executivo,

Srs. Governantes,

Caros colegas:

A qualquer momento, ter um tecto para se abrigar é uma necessidade mínima e urgente para a sobrevivência dos nossos residentes. No entanto, perante a subida imparável dos preços de imóveis particulares, os residentes não viram nada feito pelo governo, parece que o governo não consegue mesmo fazer nada. Não tendo acesso à aquisição de habitação particular, os trabalhadores em geral depositam toda a esperança na habitação económica para resolver o seu problema habitacional. Por exemplo, em relação ao concurso para a candidatura à habitação económica T1, que têm pouco espaço, os residentes que se candidataram apressadamente ao dito concurso contaram-me: não sabem se o governo ainda vai abrir mais concursos, nem sabem qual a disponibilidade das habitações económicas, portanto, independentemente da área, localidade, acesso, queriam ter apenas um tecto para se abrigar. Muitos jovens disseram-me: tendo pouca oferta das habitações económicas, para ser sorteado é tão difícil como sair o mark six. Portanto, eles não pensam em mais nada desde que tenham um tecto. O que demonstra que a procura é enorme. É responsabilidade inalienável do governo conduzir o mercado a desenvolver-se numa direcção saudável e resolver os problemas habitacionais dos residentes de Macau.

Assim, gostava de perguntar a V. Exa. Sr. Chefe do Executivo, nas LAG do ano passado, salientou-se criar um mecanismo permanente de garantia de acesso à habitação, qual é o conteúdo substancial desse mecanismo? Face às reivindicações veementes dos residentes quanto a habitação, de que medidas a curto, médio e longo prazo o governo dispõe para estabilizar a oferta de habitação económica em número suficiente, de forma a concretizar a meta definida pelo governo que 80% dos residentes tenham acesso à habitação económica?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente, obrigado ao Sr. Deputado Ho Ion Sang pelas questões levantadas sobre a preocupação com os problemas de habitação.

Hoje já apresentei a posição do governo em parte quanto a esta matéria. Ter habitação foi sempre... habitação para todos foi sempre uma meta de trabalho importante do governo da RAEM. Quanto a isso, foram feitos muitos trabalhos. Hoje vários Srs. Deputados perguntaram como resolveremos os pedidos acumulados há 8 anos ou há 6 anos. Por outras palavras mais simples, desejavam que dêssemos uma resposta esclarecedora.

Vou fazer novamente uma análise. Desejávamos ter habitação para todos para resolver as suas necessidades. Sabe-se que, das habitações públicas, há a habitação económica, regulada pela Lei da Habitação Económica. Após Maio, vamos abrir concurso para candidatura à habitação social. Para os candidatos à habitação social aos quais ainda não tenham sido atribuídas unidades, atribuímos-lhes subsídios. A posição do governo é bem clara. Já sabem como está o andamento de construção de habitação pública. De acordo com o Sr. Secretário Lau, os Srs. Deputados foram convidados a ver os complexos novos da habitação pública. Estamos a trabalhar para esta meta: após as 19 mil, temos ainda outras 6.300 unidades e, estamos a procurar mais terrenos. Acredito que mais tarde podemos divulgá-los. Podemos ver os dois concursos, a oferta é real. Nos finais de Maio deste ano, vamos abrir concursos para a candidatura à habitação económica e à habitação social.

Acho que é normal haver tantos candidatos ao concurso para a habitação económica T1. Segundo os dados, os jovens já crescidos pretendem ter as suas casas, os jovens que estão ainda na escola, os jovens que estão a trabalhar desejavam candidatar-se a este concurso com vista a ter as suas casas. Acho isso normal e devemos encarar isto com um estado de espírito normal e positivo. A Lei da Habitação Económica prevê as restrições que são - se não me engano - a habitação económica só pode ser revendida 16 anos depois da aquisição e a diferença entre o preço de venda inicial e algum dinheiro resultante desta revenda revertem para o governo, entre outros. Eles optaram por candidatar-se, é porque eles acharam ter esta necessidade. Posso não estar certo, mas não acho que as pessoas que entregaram boletins de inscrição não teriam vontade de comprar T1, porque no futuro, eles podem pedir para trocar por outra casa, nos termos legais. Quanto a isso, foram manifestadas divergências. Acho que eles desejavam verdadeiramente ter suas casas, porque eles preenchiem os requisitos. Como se vê, os jovens preenchiem os requisitos. Disse-se que ficaram preocupados porque tinham receio de não haver mais oferta, por isso, mesmo que as unidades sejam de T1, queriam candidatar-se. Acho que essa afirmação pode não bater certo com a realidade. Se calhar, não estou certo, mas acho que eles têm mesmo necessidade de ter uma casa.

Quanto aos cinco novos aterros, sabem que para a empreitada destes aterros, foram abertos sucessivamente concursos públicos. Em 2015, teremos o primeiro aterro concluído com 137 hectares. Nos cinco novos aterros, serão construídas 43 mil unidades. Também prometemos por várias vezes disponibilizar com prioridade naqueles aterros instalações públicas e habitação pública. O governo central foi claro ao definir que o objectivo da concessão destes novos aterros é para melhorar a qualidade de vida da população de Macau, melhorar a qualidade de vida. Portanto, proporcionar habitação a todos está agendado com prioridade. Mas agora as pessoas andam com expectativas psicológicas e, devido ao aumento dos preços dos imóveis, muitos investimentos foram para comprar casas. Por isso,

há dois mercados, um é o da habitação e outro é o do investimento. Como se vê, o investimento de residentes de Macau nos imóveis é uma percentagem crescente. Isto pode prender-se com a falta de meios de investimento. Por outras palavras simples, nas conversas com amigos, disseram que mais seguro seria comprar imóveis e quando há casas colocadas à venda por um promotor, há logo uma corrida, tornando-se numa... há este fenómeno que foi noticiada amplamente. Afinal de contas perante estas expectativas psicológicas, podem ter mais calma, tendo em conta a capacidade de assumir encargos, a possibilidade de aumento das taxas de juros e as flutuações do mercado imobiliário? Muitos senhores aqui presentes são do sector imobiliário, tendo mais conhecimento e experiências do que eu. Vejam que há 40 anos, houve também altos e baixos no sector imobiliário de Macau. Li os dados: entre 1993 e 2003, sabem que havia quantas unidades vazias? Como eram as circunstâncias? Claro que as circunstâncias são incomparáveis. Hoje estou a dizer isto, vão com certeza cair críticas sobre mim, mas só quero dizer que o mercado é volátil, porque é um mercado de oferta e procura, que possui em si leis económicas e leis financeiras. Hoje queriam que disséssemos simplesmente: é bom comprar agora casas. Acho que pode não ser.

Voltemos a ver os dados: actualmente foram aprovados projectos para construir cerca de 12 mil unidades no mercado privado; há cerca de 7 mil que estão a ser construídas; há ainda outros projectos que estão por aprovar. Somando-os, teremos cerca de 30 mil unidades. As unidades cuja construção já foi aprovada e as unidades que estão a ser construídas são de cerca de 20 mil. Terão mesmo tanta urgência de comprar habitação? Por isso, acho que as necessidades de habitação e as necessidades de investimento não se confundem. É racional fazer investimentos num sistema de economia livre. Percebo muito bem a preocupação do Sr. Deputado Ho Ion Sang, em particular, com o problema da habitação. Se forem agora aplicadas medidas, penso que só em dois aspectos, tal como no território vizinho: através do sistema existente, aumentar-se os impostos, baixar-se a percentagem de hipoteca bancária; outro é (que é já uma prática no território vizinho), colocar restrições à aquisição de 2ª habitação em termos de imposto e hipoteca bancária, ou seja, aumentar o imposto em função de imóveis adquiridos. De um modo geral, os preços dos imóveis aumentaram mas as transacções desceram. Depois da aplicação das medidas pelo grupo de trabalho dirigido pelo Sr. Secretário Lau, as transacções desceram, de facto. Desceram as transacções, os preços não desceram, é verdade, recentemente ainda aumentaram os preços. Assim, ficaram num estado psicológico... devem repensar se vão comprar casas. Porque na minha opinião, isto é um sobreaquecimento, acho que os preços estão demasiadamente altos. Podem discordar de mim, mas para constatar, temos um estudo de avaliação. As políticas da habitação pública vão ser aplicadas; já apresentei há pouco que temos 28 lotes devolutos cujos procedimentos administrativos estão em curso. Para resolver os problemas, não excluímos a possibilidade de recorrer ao procedimento judicial, pois Macau é um território do Estado do Direito, onde se reúnem as condições para resolver os problemas através de procedimento judicial. O governo está determinado a fazer este trabalho.

Quanto à disponibilidade de terrenos, no ambiente real de investimento, investe-se em imóveis por se achar bom investimento. O investimento e a habitação são diferentes. Já dei a conhecer a minha opinião sobre o conceito de “Terras de Macau para as suas gentes”. Estamos de acordo e o Sr. Secretário Lau já iniciou a realização de um estudo e vai também realizar uma consulta pública. Mas é um conceito novo nos mercados público e particular. Como

ajudar? A minha ideia pode não estar certa, mas diz-se ser preciso ajudar a classe sanduíche, porque está fora do mercado da habitação pública, mas não tem acesso ao mercado particular. Portanto, pode não estar correcto expressar esta ideia com umas palavras. Afinal de contas, quais serão os prós e contras, se se aplica este conceito? Não fiquem preocupados com a concessão dos cinco novos aterros para outras finalidades. Reafirmo hoje que nenhum destes aterros foi concedido. Porque o governo central deixou bem claro que a concessão destes aterros visa melhorar o nível da qualidade de vida dos residentes. Portanto, na minha interpretação, isto quer dizer habitação para todos, disponibilidade de instalações públicas. Foi isto que queria dizer. Vamos continuar a aplicar a política da habitação pública sem parar.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Chan Mei Yi.

Chan Mei Yi: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo,

Srs. Governantes,

Caros colegas:

Na apresentação do Relatório das LAG em 2013, o Sr. Chefe do Executivo afirmou: “Com as políticas aplicadas, devido a uma exequibilidade débil, o resultado obtido foi pouco satisfatório”. Disse ainda que este ano vai criar um regime de gestão do desempenho do governo, com o objectivo de apreciar a exequibilidade e o resultado da execução das direcções de serviços, para apreciar se tomaram acções eficazes concretas para aplicar as políticas definidas, se as metas foram atingidas etc., que constituem indicadores importantes para apreciação do desempenho. Afirmou ainda que vai aplicar o regime de apreciação do desempenho do pessoal de direcção.

Já foram cinco meses, desde a apresentação do relatório das LAG, ainda nada se vê quanto ao regime de gestão do desempenho do governo. Cito uns exemplos, a Rua da Emenda ficou com pouco fluxo pedonal depois do reordenamento, o que parece que fizeram um favor com feito contrário; quanto à violência doméstica, foram feitas muitas consultas e ainda não se tomaram decisões; nada se sabe sobre o Plano de apoio a jovens empreendedores; não se sabe também nada do diploma legal sobre o ruído ambiental. Tudo isto causou descontentamento dos residentes, com alguns serviços públicos. Na realidade, isto tem a ver com o desempenho. Portanto, quero perguntar ao Sr. Chefe do Executivo, como está o andamento de aplicação do regime de gestão do desempenho do governo? Quando se aplicará o regime de apreciação do desempenho do pessoal de direcção? Quais as suas expectativas quanto ao regime de gestão do desempenho do governo? Quais as metas definidas?

Obrigada.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Sr.^a Deputada Chan Mei Yi.

O regime de gestão do desempenho do governo visa melhorar a governação, ao qual o governo atribuiu muita importância, de forma que integra as LAG para o ano de 2013. A elaboração deste regime está em curso, acredito que brevemente entrará em vigor e até lá posso apresentá-lo detalhadamente.

A Sr.^a Deputada mostrou-se atenta à apreciação de desempenho do pessoal de direcção. O documento que iremos entregar ao Sr. Presidente para a referência dos Srs. Deputados conterà os elementos de apreciação incluindo funcionamento dos serviços, eficácia de governação, grau de realização da meta das políticas, execução das medidas, execução do orçamento, serviços prestados ao público, capacidade de liderança etc. Nas LAG anunciámos aplicar este regime este ano. Quando tiver o documento pronto, vamos apresentá-lo, sei que a elaboração do documento está na recta final, a cargo do Gabinete de Estudo das Políticas e de outros serviços competentes. Damos muita a atenção a isto e vamos aplicá-lo.

Foram levantadas várias questões. Quanto à Rua da Emenda, os residentes antigos de Macau estão bem cientes dos problemas no passado. O que mais nos preocupa é a questão da segurança. Como a Sr.^a Deputada Chan levantou esta questão, vamos ficar mais atentos, para ver se, como disse, os negócios que ali se fazem diminuíram. O Plano de Apoio a Jovens Empreendedores está pronto e brevemente será submetido ao Conselho Executivo. Caso não me engane, o plano já está pronto. Está em curso ainda a regulamentação de outras matérias, especialmente a Lei de Protecção Ambiental que entrará em vigor nos finais deste ano ou início do próximo ano, em articulação com a política de protecção ambiental.

Foi levantada ainda outra questão, lembro-me. Sim, sobre a violência doméstica. Permitam-me alongar-me um pouco mais na resposta. Na consulta pública, surgiram divergências e foram introduzidas adaptações. Porque quero falar sobre isso especialmente? Porque no início da consulta pública, recebi opiniões dos amigos do sector judicial e da segurança. Explicaram-me: as gentes de Macau dão muita importância aos valores familiares. Contaram-me que quando um casal se agrediu um a outro (não se trata de maus-tratos ou violência unilateral), segundo as experiências deles, o casal foi à esquadra da polícia, mas se fosse acusado o autor criminalmente, podia destruir a harmonia, porque adoptaram, no final, pela conciliação. Contaram-me que o casal em questão apresentou uma contra-proposta: seja disponibilizado um local onde eles possam acalmar-se com ajuda de aconselhamento, Segundo me contaram, a maior parte destes casos... foi incrível para mim, mas serve de referência... quem pediu à polícia que não apresentasse acusação foi a vítima. Não posso provar isto, mas recebi muitas opiniões da sociedade. Em Macau, as pessoas dão muita importância aos valores familiares. Se não me engano, no início, a violência doméstica era acusada criminalmente. Ou seja, acusar o autor de ser culpado e podia ir para a prisão. Mas após uma ronda de consulta pública, surgiram diferentes ideias. Ou seja, em Macau nem todos os maridos são violentes. Claro que não posso responder se isto é verdadeiro ou falso. As opiniões que a polícia me deu foram: no final acabaram com conciliação, tendo em conta a harmonia. Portanto, propuseram alterar o espírito legislativo. No início, a violência doméstica era considerada crime, mas preferiram ter um local para os visados acalmarem-se, por exemplo, um centro onde se presta aconselhamento, e a seguir, receber aconselhamento. Sei que o IAS trabalhou muito neste sentido. Se o Sr. Presidente concordar, podemos submeter o documento para a vossa referência. Foi introduzida a alteração diferente da criminalização que foi proposta no início. As opiniões que recolhi podem ser incompletas, mas o que pretendo dizer é, após a recolha de opiniões, foi feito o acompanhamento. O que me parece é que as opiniões predominantes são não entrar logo no processo de queixa-crime. Pedia ao Sr. Presidente que me autorizasse entregar o documento para consultar as alterações feitas. Por isso, as alterações bastante significativas foram responsáveis pelo atraso na calendarização inicialmente

marcada. Penso que, após a consulta pública, a versão será definida e pronta para a vossa referência. Este é um problema bastante importante para a sociedade, estou de acordo com a protecção, mas como será a forma de protecção? É uma matéria discutível.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vong Hin Fai.

Vong Hin Fai: Obrigado, Sr. Presidente.

V. Exa. Sr. Chefe do Executivo:

O prazo de consulta pública sobre o Enquadramento da Política Demográfica da RAEM, Região Administrativa Especial de Macau, terminou no início de Fevereiro. O Gabinete de Estudo das Políticas, responsável pela consulta pública revelou que a reacção à consulta pública foi positiva e proactiva, e vai estudar cuidadosamente todas opiniões e sugestões. Na verdade, as LAG para este ano referem também que, finalizada a consulta pública sobre o Enquadramento da Política Demográfica, as opiniões recolhidas em todas as esferas da sociedade serão tratadas e compiladas, para definir prudente e seguramente a política demográfica apta ao desenvolvimento de Macau.

Queria perguntar a V. Exa. Sr. Chefe do Executivo como está o andamento do respectivo trabalho?

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente, obrigado Sr. Deputado Vong Hin Fai.

Sr.^a Deputada Chan Mei Yi, faço-lhe uma achega, porque me lembraram agora. O espírito legislativo era, se um dos cônjuges não intentar uma acção, intentava o governo. Esta é a matéria discutível. Quando lhes for submetido o documento, ficarão melhor esclarecidos.

É de atenção comum a política demográfica. No ano passado, o Gabinete de Estudo das Políticas do Governo realizou uma consulta pública sobre o texto do Enquadramento da Política Demográfica da Região Administrativa Especial de Macau. Depois de três meses, a consulta pública terminou em Fevereiro deste ano. O Governo da RAEM empenhou-se em recolher opiniões dos residentes, no âmbito deste enquadramento de política demográfica, tendo sido realizadas sessões de grande e pequena dimensão para recolher opiniões, comunicar-se com a Comunicação Social e ouvir as vossas opiniões.

O Enquadramento da Política Demográfica consiste em quatro elementos principais: primeiro, a nossa futura dimensão demográfica; segundo, o regime de importação de talentos; terceiro, formação de talentos; quarto, retorno dos talentos. No período de tempo passado, constatou-se que actualmente, o maior problema de Macau é não ter capacidade suficiente, ou seja, o problema do “gargalo”. Recentemente foi convidada uma instituição académica a fazer um estudo sobre estas dificuldades ou seja o problema do “gargalo”. Porque o cálculo da capacidade de carga demográfica é complexo, sendo precisa investigação a partir de ângulos diferentes. Quando forem compiladas todas as opiniões recolhidas na consulta pública, será publicado o seu relatório na segunda metade de Setembro deste ano. A seguir será realizada uma sondagem que servirá de base para realizar um estudo mais profundo, que será publicado como documento necessário à definição das políticas.

Estamos a dar muita importância à política demográfica e o trabalho está em curso, em boa ordem.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Chan Wai Chi: Obrigado, Sr. Presidente.

V. Exa. Sr. Chefe do Executivo,

Caros colegas:

Numa legislatura, o Sr. Chefe do Executivo desloca-se à Assembleia Legislativa três vezes. Portanto, deveria valorizar as oportunidades, levantando questões novas sem repetir as já foram colocadas anteriormente. Mas não tenho alternativa. Coloquei-lhe a questão sobre o andamento do trabalho legislativo da Lei do Erro Médico, quando estava presente na AL em 14 de Novembro do ano passado e nos jornais foi noticiado que o Sr. Chefe do Executivo prometeu exortar os serviços competentes a apresentar ainda este ano a proposta de lei à AL. Mas foi em vão, nada disso aconteceu.

As 19 mil habitações públicas estavam previstas para ser concluídas nos finais de 2012, mas afirmaram que por força maior, há atraso. O Sr. Chefe do Executivo prometeu, no ano passado, concluir as habitações públicas, mas nada disso sucedeu; nas LAG, referiu-se atribuir um “subsídio para docentes” em 2014, mas muitos colegas disseram-me que não há medidas que assegurem a atribuição; o Sr. Chefe do Executivo prometeu criar um regime de responsabilização dos titulares dos principais cargos, será que esse regime serviria apenas para perguntar se queriam assumir a responsabilidade? O Sr. Chefe do Executivo exortou-os a assumir responsabilidade e porque não assumiram? O que está em causa? Está em causa a atitude, a credibilidade, a liderança e a gestão do desempenho.

Gostava de fazer uso desta oportunidade com esperança de obter do Sr. Chefe do Executivo uma resposta a todas as questões supracitadas.

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Respondo separadamente às suas questões. A questão de atribuição de “subsídio para docentes” é da área do Sr. Secretário Cheong, concretamente da DSEJ. O trabalho está a ser executado em boa ordem. Despachei favoravelmente a inscrição da verba a aplicar no orçamento deste ano. Em conformidade com a calendarização que me foi entregue pelo Sr. Secretário Cheong, o subsídio será atribuído este ano, após Setembro. Segundo a minha informação. Esta é a resposta à primeira pergunta.

Na última presença na AL já apresentei a proposta de lei “lei do erro médico”. Li o parecer da comissão que me foi entregue donde constam divergências. Também estudámos o assunto e concluímos existir complexidade. Noutros países e territórios, onde vigoram regimes diferentes, não havendo um regime uniformizado, também surgiram problemas complexos por resolver. Não é a questão de se eu cumpro ou não a promessa. Porque já estudámos e vamos submeter a proposta de lei “Lei do erro médico” depois da reabertura

da próxima legislatura. Foi muito longa a consulta pública sobre esta matéria antes de definir o rumo do nosso trabalho que inclui, não adoptámos a forma de a quem não for imputada a responsabilidade... Adoptámos a forma de a indemnização ser paga pela parte a quem for imputada responsabilidade, em vez de ser a quem não for imputada responsabilidade. Esta matéria em si tem complexidade, sendo necessária a sua aplicação com consenso. Só posso dizer isto: este ano, vamos submeter à AL a proposta de lei “Lei do erro médico”.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Ng Kuok Cheong: Há 8 anos, o Governo suspendeu a abertura de concursos para candidatura à habitação económica, por isso, os residentes que tinham a necessidade ficaram profundamente frustrados. Saiba o Sr. Chefe do Executivo, que há um bom número de residentes que estão à espera que o Governo comece a planear a construção de habitação económica, nos 13 lotes designados por “La Scala”, já recuperados, situados perto do aeroporto. O total destes lotes tem cerca de 500 mil metros quadrados para construir habitações.

Olhando para o futuro, vamos ver o resultado do inquérito publicado em Abril deste ano, pela Associação de Ciências Sociais de Macau sobre “Os jovens respondem às mudanças sociais”, onde mostra que muitos jovens de Macau pretendiam ficar em Macau a casar e adquirir habitação própria: 82,2% dos jovens disseram ter intenção de adquirir habitação económica, 91,7% dos jovens entrevistados que andam a frequentar curso superior pretendiam adquirir habitação económica.

Nestas circunstâncias, o mais importante é dispor de um mecanismo permanente de desenvolvimento de habitação. Como hoje o Sr. Chefe do Executivo falou nesta matéria, então queria saber qual o andamento a desenvolver ainda este ano? Por exemplo, poderá criar um fundo para o desenvolvimento de habitação? Poderá transferir para esse fundo a criar, as receitas no valor de biliões de patacas, obtidas da venda das habitações económicas para apoiar o seu desenvolvimento? Terá este ano o estudo preliminar feito sobre o conceito de “Terras de Macau para as suas gentes” nos novos aterros urbanísticos e colocá-lo à consulta pública? Como o Sr. Secretário Lau já tem na mão o estudo preliminar feito, poderá divulgar parte do resultado desse estudo para podermos dividir a preocupação do governo, para ver quais as preocupações latentes? Quanto à partilha do fruto do crescimento económico pela classe de base e pela classe sanduíche, acho que através de planeamento de formas diferentes, nos novos aterros sob “Terras de Macau para as suas gentes”, a classe de base poderá ter suas necessidades de habitação satisfeitas. Gostava de aceder às informações sobre o resultado do estudo preliminar do governo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Respondo às suas questões em várias vertentes. Quanto ao estudo do conceito de “Terras de Macau para as suas gentes”, o Sr. Secretário Lau contratou duas instituições académicas para realizar o estudo que já está em curso. Podemos partilhar com os Srs. Deputados o resultado do estudo preliminar, pois se trata de uma nova política, algo novo para nós.

Foram referidos os lotes situados na estrada Wai Long, o governo da RAEM declarou nulos os actos de homologação de revisão do

contrato de concessão em 2011, tendo em conta a decisão do TUI e foram concluídos os respectivos procedimentos de registo. Os lotes foram recuperados nos termos legais que foram já publicados. Precisamos de algum tempo para ouvir pareceres jurídicos porque é possível entrar em contencioso judicial. Portanto, estamos observando a situação. Mas antes da conclusão destes procedimentos, eu e o Sr. Secretário Lau temos dificuldades de afirmar qual a finalidade, mas posso deixar agora uma promessa: os lotes que sejam do governo destinam-se a garantir os interesses dos residentes de Macau. Posso expressar-me sobre isto, mas se tenho de dizer hoje que naqueles lotes serão construídas habitações públicas? Então, acho que ainda não temos as condições reunidas para deixar uma promessa. Há pouco, deixei bem claro que vamos dar prioridade à construção de habitação pública nos lotes devolutos, lotes recuperados e os aterros. Além de hoje já prometi isso antes, várias vezes. Fiquem tranquilos porque como viram, já temos uma calendarização dos aterros.

Quanto ao conceito de “Terras de Macau para as suas gentes”, sei que o Sr. Deputado Ng está preocupado com este assunto. Hoje vou apresentar aos Srs. Deputados as opiniões que recebi e os procedimentos que estão em curso. Porque sei que o Sr. Deputado está preocupado em saber, se foram concedidos os lotes que contrariem aos interesses das gentes de Macau. Então, digo-lhes claramente: nenhum dos cinco aterros foi concedido. Vamos com certeza traçar um planeamento centralizado na habitação pública e instalações públicas, em obediência ao objectivo do governo central em conceder estes terrenos que é melhorar a qualidade de vida dos residentes de Macau. Vamos construir mais instalações públicas. Defende-se o conceito de “Terras de Macau para as suas gentes”, porque perante o actual mercado imobiliário, quer-se que as gentes de Macau desta classe... por exemplo, o que referiu o Sr. Deputado Ng, acho que não há problema para aquela classe. Podemos saber se há problema ou não através de consulta pública e de recolha de opiniões. Acho isso racional, porque ainda temos tempo. O estudo já está em curso e ainda temos tempo para realizar sondagens ou auscultação de opiniões.

Fiquem tranquilos, estamos a acompanhar o assunto. Hoje já falei muito sobre a posição do governo quanto às habitações públicas. Acredito que o conceito de “Terras de Macau para as suas gentes” é algo diferente das habitações públicas. Portanto, este conceito merece ser debatido por toda a sociedade, e pelo público. Porque este conceito implica umas definições, por ser tratar de normas restritivas. Por exemplo, as gentes de Macau compram habitações e vivem nelas, mas no futuro como as mesmas serão revendidas, como serão reabilitadas? Para estes problemas, teremos de produzir nova lei e diplomas legais. Embora tenhamos a Lei de Terras para esta matéria, mas precisamos ainda de produzir nova lei e diplomas legais. Entretanto, temos de recolher amplamente opiniões. Portanto, na minha opinião, importa realizar um estudo e consulta pública. Já incumbimos instituições académicas de realizar o estudo. Temos de analisar esta matéria com objectividade. O conceito de “Terras de Macau para as suas gentes” provocou debate veemente e recebi também muitas opiniões sobre este conceito. Hoje vou apresentar os prós e os contras das opiniões que recebi. Estas opiniões podem não estar correctas, com a consulta pública poderemos receber ainda mais opiniões. Até lá, iremos dar articulação com políticas, leis ou diplomas legais. Mas o rumo está claramente definido. Em Macau há gentes que não satisfazem os requisitos para aceder à habitação pública, nem têm capacidade para adquirir habitações do mercado particular, desejava dar-lhes expectativas psicológicas ou realistas, de forma a tornar saudável o desenvolvimento do mercado. Estou de

acordo com isso. Até esta fase, não vi divergências sobre este assunto. Mas do conceito à concretização e à aplicação da política, teremos de recolher mais opiniões. Acho adequado o andamento do trabalho neste sentido. Desde a apresentação das LAG até à presente data, diferentes trabalhos estão a ser feitos, tendo sido recolhidas opiniões diferentes. O primeiro novo aterro será concluído em 2015. Acho que o tempo é suficiente para se articular com o planeamento. Hoje manifestei claramente o rumo sobre o uso de terrenos que preocupa a todos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Au Kam Sam.

Au Kam Sam: Obrigado, Sr. Presidente.

V. Exa. Sr. Chefe do Executivo:

Muitos cidadãos sabiam que o Sr. Chefe do Executivo está hoje presente na Assembleia Legislativa. Perante a subida acentuada de bens de consumo, todos queriam perguntar ao Sr. Chefe do Executivo quando terá lugar a comparticipação pecuniária. Eu disse aos cidadãos que estivessem atentos à transmissão televisiva porque com toda a certeza o Sr. Chefe do Executivo iria anunciar. Portanto, não estava no meu plano levantar esta questão. Penso que o Sr. Chefe do Executivo deveria anunciar quando terá lugar a comparticipação pecuniária.

Levanto as questões que preocupam mais o público: a habitação pública é foco de atenção pública. Agora pode-se dizer que é uma contradição forte. Nos finais do ano passado, na apresentação do relatório das LAG, o Sr. Chefe do Executivo afirmou claramente que no primeiro trimestre deste ano, seria reaberto o concurso para candidatura às habitações sociais e económicas. E a seguir, na conferência de imprensa, o Sr. Chefe do Executivo disse também que através do novo concurso para candidatura à habitação económica, ficamos com os dados das necessidades sobre habitação económica. Ficando com as necessidades de habitação económica esclarecidas, poderemos então iniciar o planeamento da habitação económica. A promessa feita pelo Sr. Chefe do Executivo ficou descontada nas mãos do Secretário Lau e do presidente do IH, porque foi aberto apenas um concurso para candidatura à habitação económica T1 e o concurso para a candidatura à habitação social foi adiado para Maio.

O Sr. Chefe do Executivo pediu desculpas por causa disto. Mas sendo governo, pedir desculpas não é suficiente. Deveria, sim, explicar ao público os motivos que levaram à não concretização da sua promessa. Seria por que o Sr. Chefe do Executivo deu ordem para ignorar a realidade? Seria porque o Secretário Lau ou o Presidente do IH recusaram executar a sua ordem, criando-lhe uma situação embaraçosa? Acho que deve aproveitar esta oportunidade para explicar expressamente este assunto ao público, nesta sessão de perguntas e respostas.

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Sr. Deputado Au Kam San.

Relativamente à sua questão, vou fazer uso desta boa oportunidade para responder. Em relação à produção das LAG, cada secretário estuda detalhadamente com os directores de serviços da sua tutela, tendo em vista a realidade. Tive várias reuniões com cada secretário e directores de serviços da sua tutela, especialmente com secretários. Portanto, não há lugar a desarmonia nas LAG. Já

expliquei os motivos do atraso: o Instituto de Habitação deu a conhecer os motivos do atraso e ao mesmo tempo anunciou a reabertura do concurso para candidatura à habitação económica em Maio. Portanto, os motivos foram publicados. Já admitimos a existência do atraso. Acho que uma boa gestão é encarar problemas e resolvê-los.

Perguntaram repetidamente se podemos reabrir concurso o mais cedo possível para tomar conhecimento das necessidades. Penso que, com o concurso para a candidatura à habitação social e económica T1, após análise, ficámos com os dados. Todos já têm conhecimento dos dados, portanto, o governo não escondeu os dados. De um modo geral, na carga pesada de trabalho, temos de resolver estes problemas. Penso que, primeiro, as informações não foram divulgadas sem uniformidade, porque isto poderia causar confusão aos cidadãos. Reafirmei hoje claramente: há atraso. O IH explicou os motivos do atraso. Estamos a trabalhar com esforço para reabrir o concurso em Maio, com pragmatismo, para nos inteirarmos das necessidades.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tong Io Cheng.

Tong Io Cheng: Obrigado, Sr. Presidente.

V. Exa. Sr. Chefe do Executivo:

O campus da Universidade de Macau na ilha de Hengqin está preste a concluir-se. Estima-se entrar em funcionamento no futuro próximo. Com a entrada em funcionamento do campus, prevê-se um grande número de docentes, estudantes e funcionários a circular entre Macau, Taipa e ilha de Hengqin para ir para aulas ou trabalhar. De acordo com as estimativas, a Universidade de Macau contará com cerca de 10 mil estudantes, alguns deles acomodados no dormitório, mas os estudantes e funcionários que não estão acomodados no dormitório não são poucos. A DSAT planeou duas carreiras de autocarros para a ilha de Hengqin.

Quanto a este plano, os docentes, estudantes e funcionários da UM ficaram preocupados: este suporte de transporte poderá resolver o problema deles na deslocação para as aulas ou para o trabalho? Naquela zona, irá funcionar um casino e serão construídas habitações económicas. Gostava de perguntar ao Sr. Chefe do Executivo, de que plano dispõe para fazer face a esta situação?

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Sr. Deputado Tong Io Cheng.

Todos estão atentos ao campus da UM na Ilha de Hengqin que está quase pronto. A mudança total terá lugar em Setembro, mês em que começa a funcionar o campus. Temos uma série de medidas, incluindo os serviços competentes a planear transportes e o Corpo de Bombeiros a dispor de estações por questão de segurança. Não me é possível avaliar se as carreiras de autocarros são suficientes ou não. Vou passar esta questão para os serviços tutelados pelo Sr. Secretário Lau e para a UM para estudar se são ou não suficientes. A concepção e o trabalho foram feitos com clareza porque a UM pretendia acolher 10 mil estudantes e já foi apresentado o número dos funcionários e docentes. Quanto ao suporte de transporte, especialmente no que diz respeito à segurança, sei que já se reuniram várias vezes. Mas não sei os pormenores sobre autocarros. Vou passar a questão para o Sr. Secretário Lau estudar. Percebo perfeitamente a preocupação do Sr. Deputado Tong: teriam capacidade, os autocarros e a rede de

transporte público, para transportar tantos docentes e estudantes? Este é um novo plano, porque os autocarros passam pelo túnel para ir ao campus da UM na ilha Hengqin. Vamos dar atenção a isto. Antes foi-me apresentado um relatório sobre a segurança, por exemplo, segurança contra incêndios, controlo, etc. Penso que as carreiras de transporte colectivo são muito importantes. Concordo consigo. Mas como satisfazer as necessidades? A resposta é ter garantia de prestação destes serviços. Vou passar esta questão para o Sr. Secretário Lau e para a UM, para lidar com esta questão relativa ao transporte colectivo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Chak Mo.

Chan Chak Mo: Obrigado, Sr. Presidente.

V. Exa. Sr. Chefe do Executivo:

Nos últimos dias, graças aos esforços e cooperação entre o governo da RAEM e o interior da China, conseguiu-se progresso tendo sido prolongado o horário nos postos fronteiriços, dando facilidade aos residentes de Macau e aos visitantes.

Com a entrada em funcionamento do metro ligeiro e metro interurbano no interior da China, os postos fronteiriços entre Zhuhai-Macau tornam-se mais concorridos. Afigura-se ser necessário prolongar o horário de funcionamento dos postos fronteiriços.

Nos três dias do feriado de Cheng Ming, foram aplicadas medidas especiais, tendo sido prolongado o horário de funcionamento dos postos fronteiriços. Gostava de perguntar a V. Exa. Sr. Chefe do Executivo: os serviços competentes de Zhuhai-Macau estudaram, analisaram e balancearam os prós e contras do plano experimental supracitado? Entretanto, quando estarão reunidas condições para tornar as medidas provisórias supracitadas em permanentes?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Sr. Deputado Chan Chak Mo, pelas questões levantadas.

Graças à atenção do Gabinete do Estado de Administração de Postos Fronteiriços, do Ministério de Segurança Pública, da Administração Geral de Alfândegas e da Administração Estatal para Supervisão de Qualidade, através da organização entre Macau e o governo da cidade de Zhuhai da província de Guangdong, como viram que foi prolongado o horário de funcionamento dos postos fronteiriços nos dias do feriado de Cheng Meng. Sei que todos os residentes de Zhuhai e de Macau desejavam ver o horário de funcionamento dos postos fronteiriços prolongados nos feriados, nos dias festivos ou até nos dias normais, ou seja, horário de 24 horas. Quanto a isso, já analisámos a situação, achando muito favorável e esperamos poder prolongar o horário na próxima época festiva. De um modo geral, como sabem a RAEM e a província de Guangdong desejavam prolongar o horário de funcionamento dos postos fronteiriços até um horário de 24 horas, não só nos postos fronteiriços de Gongbei, como também na ilha de Hengqin. Já leram que, no Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, prevê-se claramente a gestão separada. Juntamente com a província de Guangdong, continuamos a solicitar ao governo central que seja atingido o objectivo de tornar o horário permanente. Vamos trabalhar neste objectivo sem parar. Julgo que o quadro de pessoas e orçamento de todos os ministérios e comissões carecem de autorização para o efeito. Continuamos a trabalhar neste sentido, por

ser muito importante para o futuro desenvolvimento da ilha de Hengqin, para a cooperação regional. Foi já publicada a lista das indústrias a desenvolver na ilha de Hengqin e estamos à espera pelas políticas preferenciais. No meio disto, acho que este suporte de facilidades nos postos fronteiriços é uma das partes importantes, incluindo o prolongamento do horário de funcionamento dos postos fronteiriços ou até o horário de funcionamento de 24 horas, incluindo a gestão separada que nos também preocupa muito. Portanto, feitas as contas, as medidas especiais foram benéficas. Estamos a trabalhar para que seja prolongado o mais cedo possível o horário de funcionamento dos postos fronteiriços ou até o horário de funcionamento de 24 horas, por ser favorável para toda a região, para nos deslocarmos à ilha de Hengqin. Mas este trabalho carece de autorização. Vamos continuar a trabalhar com esforços neste sentido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ung Choi Kun.

Ung Choi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

V. Exa. Chefe do Executivo, Dr. Chui Sai On:

O Presidente do Estado Xi Jinping, alargou o “sonho chinês”. Sendo parte do país, Macau também deve participar na luta pelo sonho chinês.

Após o retorno à Pátria, o desenvolvimento económico de Macau obteve de facto bom êxito, mas trouxe também, ao mesmo tempo, problemas profundos. Por exemplo, o fosso entre ricos e pobres foi alargado, a estrutura industrial desequilibrada, há falta de certificação profissional de todas as esferas e assim por diante. Muitos factores levaram especialmente os jovens a sentirem-se injustiçados com a sociedade, confusos perante o seu futuro, com falta de confiança. Portanto, vale a pena dar mais atenção se isto é consistente com a construção do sonho chinês.

Face ao exposto, gostava de levantar à V. Exa. Sr. Chefe do Executivo as seguintes questões:

Como fortalecer as reformas da Administração Pública e sistema jurídico para aumentar o nível de governação? De que políticas o Governo dispõe para realmente criar uma estrutura industrial diversificada, reduzir a disparidade da riqueza, manter a harmonia social? Gostava de ouvir o Sr. Chefe do Executivo: afinal de contas, quando pode promover a certificação profissional de todos os sectores? Porque o Sr. Chefe do Executivo referiu nas LAG para o ano de 2013: “Continuar a promover a criação de um regime de certificação profissional.” Portanto, de que políticas e medidas dispõe para criar mais oportunidades, para que os jovens possam ver claramente as suas próprias perspectivas, aumentar a confiança, aceder proactivamente à ascensão social, planear uma vida melhor, esforçar-se para a realização do seu sonho pessoal, construir com continuidade um Macau harmonioso, esforçar-se para dar articulação ao “sonho chinês” promovido pelo presidente, Xi Jinping, à formação de talentos promovida pelo Sr. Chefe do Executivo, que é uma tarefa importante.

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Sr. Deputado Ung Choi Kun.

Sendo parte do país, Macau deve igualmente lutar pela realização do sonho chinês; estando em conformidade com a conjuntura do

desenvolvimento nacional, baseamo-nos no plano-director de desenvolvimento local. Percebemos perfeitamente porque é que o Presidente Xi promoveu o sonho chinês. Porque queria realçar o espírito nacional e o espírito do tempo. Desejamos também que a RAEM possa contribuir com esforços para o desenvolvimento do país. É um sonho comum, sem dúvida, e espero vê-lo realizado.

Foram levantadas umas questões. Para algumas já respondi antes, para outras vou responder agora. Percebo que o Sr. Deputado Ung Choi Kun esteja preocupado com o governo da RAEM, especialmente o aperfeiçoamento institucional, aplicação das leis e diplomas legais. Vamos envidar mais esforços especialmente para a criação do regime de certificação profissional. Julgo que temos de esperar até à segunda metade deste ano, pois até lá teremos os profissionais de alguns sectores mais maduros para integrar o regime. Presentemente, temos os profissionais do sector médico, da engenharia e assistentes sociais, esses últimos levámos algum tempo a estudá-los. Vamos concretizar a criação do regime de certificação profissional para estes profissionais. Não me recordo bem, mas há muitos regimes de certificação profissional. Sei que estão a trabalhar na criação do regime para estes profissionais, portanto, fique tranquilo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fong Chi Keong.

Fong Chi Keong: Obrigado, Sr. Presidente.

V. Exa. Sr. Chefe do Executivo:

Em Novembro do ano passado, o secretário-geral Xi Jinping alargou o “sonho de rejuvenescimento da nação chinesa” que é o maior sonho da nação chinesa nos tempos modernos. O Sonho chinês tornou-se um tema quente. Realizar o sonho tornou-se as palavras-chaves para as “duas sessões” realizadas este ano. Realizar o sonho chinês passou a ser o tema quente e meta da luta na sociedade. Gostava de perguntar ao Sr. Chefe do Executivo, tem também um sonho de Macau? Se tem, qual é o sonho de Macau? Como é que V. Exa. pensa em realizar o sonho de Macau?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente, obrigado ao Sr. Deputado Fong Chi Keong pela questão colocada.

Recentemente todos deram atenção à afirmação do Secretário-Geral Xi Jinping que é a realização do “sonho de rejuvenescimento da nação chinesa”. Sendo parte da China, uma Região Administrativa Especial, Macau deve juntamente realizar este sonho. Tal como V. Exa. acabou de dizer, precisamos de participar na construção da nação, a fim de alcançar este sonho. Acho que por este sonho chinês, cada chinês deve lutar com os esforços pelo desenvolvimento, soberania, segurança e interesses fundamentais do país.

O Sr. Deputado falou sobre Macau, perguntou-me sobre esta matéria, acho também que esta é boa oportunidade para falar nisto. As pessoas de Macau têm amor à pátria e a Macau, o que está conforme com o grande “Sonho de rejuvenescimento da nação chinesa”, com a dignidade chinesa e a glória chinesa. Podem discordar de mim, mas acho que Macau foi sempre uma sociedade harmoniosa, as suas gentes dão muita importância aos valores

familiares, especialmente aos afectos familiares e amigos. Acho que os Srs. Deputados presentes compreendem muito bem, porque passaram muitos anos em Macau, constatando o desenvolvimento de Macau. Durante este actual desenvolvimento, como me perguntou, digo-lhe: face ao passado, no progresso democrático, as vozes são diferentes. Sendo Chefe do Executivo, sendo governantes, devemos ter ousadia para enfrentar problemas e admitir críticas. Através de intercâmbio ou até através de “batalhas”, no final chega-se a um consenso para que a sociedade seja harmoniosa.

Acho que, além de ter amor à pátria, a Macau, de unir as forças sociais equilibradas, o que as gentes de Macau procuram na vida é: ter habitação e trabalhar com estabilidade, ter um bom sistema educativo, especialmente para as próximas gerações e segurança na reforma, incluindo o montante de pensão e sistema de assistência médica. Basicamente estes são os sonhos e convicções das gentes de Macau com quem contactei ao longo de anos. O Sr. Deputado Fong perguntou-me hoje qual é o meu sonho. Bom, acho que todas as pessoas têm o seu sonho. Em Macau, as pessoas atribuem muita importância aos valores familiares. Recentemente li um estudo académico, onde se refere que os jovens dão muita importância aos valores familiares. Acredito que essa crença é derivada do confucionismo, particularmente no aspecto de “Benevolência, Rectidão, Cortesia, Inteligência e Credibilidade. Portanto, esta é uma tradição boa, ou seja, amor à pátria e a Macau, dar importância aos valores familiares. Devemos valorizar esta tradição e passa-la de geração para geração. Como eu desejava realizar o sonho? Desempenhei funções como secretário por 10 anos, desde o estabelecimento da RAEM, e hoje estou no lugar do Chefe do Executivo há 3 anos, acho que esta oportunidade é valiosa, vou valorizá-la. Muitos trabalhos feitos não foram perfeitos, mas ninguém é perfeito. Durante o trabalho, especialmente no aspecto executivo, acho que todas as pessoas cometeram erros ou falhas incluindo eu próprio. Desejava que, quando chegar ao fim do meu mandato, os cidadãos venham a recordar-se de mim: eu estive a servir a população de Macau e a trabalhar para o desenvolvimento de Macau.

A nota do meu desempenho será dada pela história. Gostava que, quando se lembrassem do Chefe do Executivo do 3º mandato, ficassem com a ideia de que ele era uma pessoa trabalhadora e progressista. Sempre achei que não é possível ter tudo satisfatório, mas é mais importante ter a consciência limpa. Já vivemos em Macau tantos anos, nesta sociedade tão harmoniosa, onde se passam coisas boas ou más incluindo nascimento, senilidade, doença e morte, perda de entes queridos. Mas nesta pequena comunidade, no nosso relacionamento interpessoal, há preocupação e apoio da vizinhança. Acho que isto é valioso em Macau. Sucederam coisas novas que transformaram esta cidade numa cidade internacionalizada, muitas mudanças que foram realizadas e que eram apenas possibilidades no passado. Mas acho que, de um modo geral, em Macau, segundo a nossa observação, a minha experiência, continuam a dar muita importância aos valores familiares. Acho que devemos dar muito valor a isto. Espero também que a nossa equipa se esforce para concluir este mandato. Percebemos perfeitamente que, numa sociedade democrática, devemos aceitar críticas, ser capazes de encarar problemas. De uma forma geral, acho que os Srs. Deputados à AL, os governantes estão a trabalhar rumo à implementação do “um país, dois sistemas”, criação de um Macau melhor. Portanto, quanto a esta meta comum, conseguimos avançar para a frente.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado ao Sr. Chefe do Executivo pelas respostas dadas às perguntas dos 24 Srs. Deputados, e agradeço aos Srs. Governantes pela presença nesta sessão. Declaro encerrada a sessão plenária de perguntas e respostas com presença do Chefe do Executivo. Obrigado, a todos.

Intérpretes-Tradutores: Gabinete de Tradução

Redactores: Gabinete de Registo e Redacção